

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES – ICHCA
HISTÓRIA – LICENCIATURA

ROBERTO CÉSAR GOMES DA SILVA

**EDUCAÇÃO PARA NEGROS:
DA ESCOLA CENTRAL À ERA VARGAS (1887 A 1945)**

MACEIÓ-AL

2023

ROBERTO CÉSAR GOMES DA SILVA

**EDUCAÇÃO PARA NEGROS:
DA ESCOLA CENTRAL À ERA VARGAS (1887 A 1945)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof^a. M^a. Clara Suassuna Fernandes.

MACEIÓ-AL

2023

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586e Silva, Roberto César Gomes da.
Educação para negros : da Escola Central à Era Vargas (1887 a 1945) / Roberto César Gomes da Silva. – 2023.
89 f. : il.

Orientadora: Clara Suassuna Fernandes.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História : licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 56-58.
Anexos: f. 60-89.

1. Educação. 2. Marginalidade social. 3. Racismo - Alagoas. 4. Política de branqueamento. I. Título.

CDU: 94(813.5):37(=414)

Dedico este trabalho de pesquisa a todas as pessoas negras que lutam historicamente contra as opressões sociais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Exu Caveira, meu guia e mentor. Laroyê!

A minha esposa, companheira e amiga, Luiza Manuelle da Silva Lins, meus sogros, Luiz Manoel de Azevedo Lins e Maria do Socorro Pereira da Silva Lins, que me acolheram, incentivaram, e me deram total suporte para que eu continuasse meu caminho mesmo quando me faltavam forças.

A todos os meus professores, em especial a minha orientadora, amiga e madrinha de casamento, Clara Suassuna Fernandes, que me ensinou a importância da empatia, me entender como PcD na sociedade, a luta da população negra e ancestralidade africana.

Ao professor José Roberto Gomes da Silva, que me mostrou o quão importante é manter a história alagoana viva, valorizada e dar relevância a nossa formação como historiador/professor.

Ambos são exemplos de como deve ser um professor.

Aos meus amigos, Marinara Dagma, Felipe Galindo e Marcus Vinícius, que me apoiaram durante esses quase cinco anos de curso, onde tivemos nossos momentos de alegria, raiva, tristeza, estresse e debates, mas permanecíamos unidos no nosso cantinho especial, a biblioteca setorial.

Aos meus familiares e em especial a minha avó, Maria de Lourdes Cavalcante Gomes, que deu o seu melhor para que eu e meus irmãos não ficássemos desamparados após a perda da minha mãe.

Por fim e não menos importante, *IN MEMORIAN*, minha mãe, Janete Maria Gomes da Silva, professora rede pública do estado de Alagoas e estudante do curso de História Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas, que no seu último período do curso faleceu e não o pôde concluir.

Gostaria de te ter presente e celebrar contigo esta conquista, mas onde quer que estejas eu sei que a senhora está feliz por mim, e hoje digo: mãe, eu consegui!

“Os negros se deram conta de que a educação era muito importante, mais depois chegaram à conclusão de que não bastava, precisava também de uma educação cidadã, que conscientizasse os brasileiros de que o Brasil é um país do pluralismo cultural, do encontro das culturas e civilizações” (MUNANGA, Kabemguele. Folha de São Paulo, 2023).

RESUMO

Pensar a educação para pessoas negras é refletir a respeito do processo social, político, econômico, religioso e cultural de exclusão. Processos contínuos de controle e dominação viriam também por meio da educação no final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, ao longo da transição do final do Império para a República. Esta pesquisa tem como objetivo questionar o processo educacional em Alagoas, mais precisamente em Maceió, através de análises de documentos, e entender como se deu a educação até então excludente para pessoas negras nas primeiras décadas do século XIX, com a criação de escolas pelo Governo Imperial, um modelo deficiente dentro do ensino público pensado pela elite branca, com a criação de instituições que fariam o papel do Estado durante este período. Após a abolição dos escravizados, o modelo a ser utilizado na educação foi limitada ao ensino básico e técnico para a construção de mão de obra a um mercado que necessitava que fosse barata e em grande quantidade, seguindo até a implementação do Estado Novo de Getúlio Vargas, o qual temos o registro mais evidente do abismo social do racismo por meio do melhoramento da raça por meio da política de eugenia. A pesquisa serve para criar novas reflexões a respeito do racismo para com pessoas negras em um recorte temporal, visando questionar principalmente a realidade de Alagoas, avaliar a mentalidade relacionada a esse recorte, e principalmente, até onde a educação era vista como forma de controle e exclusão.

Palavras-chave: Educação. Exclusão. Racismo. Alagoas. Branqueamento.

RÉSUMÉ

Penser l'éducation des Noirs signifie réfléchir au processus d'exclusion social, politique, économique, religieux et culturel. Des processus continus de contrôle et de domination se manifesteront également à travers l'éducation à la fin du XIXe siècle et au cours des premières décennies du XXe siècle, tout au long de la transition de la fin de l'Empire à la République. Cette recherche vise à interroger le processus éducatif à Alagoas, plus précisément à Maceió, à travers l'analyse de documents, et à comprendre comment s'est déroulée une éducation auparavant exclusive aux noirs dans les premières décennies du XIXe siècle, avec la création d'écoles par le gouvernement impérial, un modèle déficient au sein de l'éducation publique conçu par l'élite blanche, avec la création d'institutions qui joueraient le rôle de l'État pendant cette période. Après l'abolition des esclaves, le modèle à utiliser dans l'éducation s'est limité à l'enseignement de base et technique pour la construction de main-d'œuvre pour un marché qui en avait besoin à bon marché et en grande quantité, jusqu'à la mise en œuvre de l'Estado Novo de Getúlio Vargas, dont nous avons le témoignage le plus évident de l'abîme social du racisme à travers l'amélioration de la race à travers la politique de l'eugénisme. La recherche sert à créer de nouvelles réflexions sur le racisme envers les personnes noires à une époque, visant principalement à remettre en question la réalité d'Alagoas, à évaluer la mentalité liée à cette période et, surtout, dans quelle mesure l'éducation était considérée comme une forme de contrôle et exclusion.

Mots-clés: Éducation. Exclusion. Racisme. Alagoas. Blanchiment.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1	Oficina de carpintaria	20
Figura 2	Salão de exposições	21
Figura 3	Aula primária	21
Figura 4	Oficina de sapateiro	21
Figura 5	Aula de desenho	22
Figura 6	Oficina de serralharia	22
Figura 7	Em recreio	22
Figura 8	Oficina de marcenaria	23
Figura 9	Publicação Jornal Gutemberg: venda de sapatos Marroquim	23
Figura 10	Presidentes da Primeira República: 1891 a 1930	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Despesa mensal da Escola Central	16
Quadro 2	Receita da Escola Central	16
Quadro 3	Despesa da Escola Central desde sua fundação	16
Quadro 4	Materiais referentes às oficinas da Escola Central	17
Quadro 5	Demonstrativo de matrícula e frequência	35
Quadro 6	Professores e mestres das oficinas	35
Quadro 7	Estimativa de alfabetismo nas regiões Norte e Nordeste 1935	44
Quadro 8	Calendário nacionalista do Estado Novo	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Arquivo Público de Alagoas
IHGAL	Instituto Histórico Geográfico Alagoano
LAO	Liceu de Artes e Ofícios
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MES	Ministério de Educação e Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A ESCOLA CENTRAL DE ARTES E OFÍCIO DE MACEIÓ (1887-1894)	14
3	A EDUCAÇÃO DO SÉCULO XIX: SUA FORMA DE CONTROLE E ABISMO SOCIAL	28
3.1	O surgimento da educação em Maceió: o Liceu de Artes e Ofícios versus Escola Central	32
3.2	Particularidades da Escola Central	36
4	A EDUCAÇÃO DURANTE A ERA VARGAS: O ABISMO EDUCACIONAL PARA A POPULAÇÃO NEGRA (1930 A 1945)	38
4.1	Branqueamento, mentalidade e negação	48
4.2	Eugenia: a ciência da exclusão	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	56
	ANEXOS	59
	ANEXO A – FONTES	60
	ANEXO B – CARTA ENVIADA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL	70
	ANEXO C – CARTA ENVIADA AO DOUTOR GABINO BESOURO GOVERNADOR DO ESTADO (p. 02)	72
	ANEXO D – CARTA ENVIADA AOS MEMBROS DA SOCIEDADE LIBERTADORA ALAGOANA (p. 02)	76

ANEXO E – DESPESA DA ESCOLA CENTRAL DESDE SUA FUNDAÇÃO ATÉ 31 DE JANEIRO DE 1888	78
ANEXO F – DESPESA MENSAL DA ESCOLA CENTRAL	79
ANEXO G – JORNAL GUTEMBERG 23 ABRIL 1890	80
ANEXO H – JORNAL GUTEMBERG 21 MAIO 1890	82
ANEXO I – JORNAL GUTEMBERG 8 JUNHO 1890	83
ANEXO J – RECEITA DA ESCOLA CENTRAL DE 22 ABRIL DATA DE SUA INAUGURAÇÃO	85
ANEXO K – RELATÓRIO ENVIADO PARA O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA PROVÍNCIA PELA SOCIEDADE LIBERTADORA ALAGOANA EM 1 DE FEVEREIRO DE 1888	86

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso aqui apresentado tem como objetivo a análise sobre a educação para pessoas negras no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A motivação veio, primeiramente, no decorrer do estágio no Instituto Histórico e Geográfico Alagoano (IHGAL), no qual tive acesso à documentação sobre a Escola Central. Me fascinei por esse tema que seria, inicialmente, a produção de pesquisa para artigo, contudo, por ser um tema amplo e não há como ser um tema fechado, foi feito o recorte para delimitar a área de estudo.

Diante disto, se inicia o processo de procura de fontes primárias, como também de fontes bibliográficas, já deixando registrado a dificuldade em conseguir fontes direcionadas à educação para negros em Alagoas, demandando um tempo maior para a análise e na realização da construção da narrativa a ser apresentada.

O tema em si já me deixou apaixonado por exatamente ser algo de nossa história ligada às mudanças que aconteciam no Brasil Império e posteriormente no Brasil República, mais precisamente após as primeiras décadas do novo governo em vigor à época.

Em sua segunda seção é apresentada a realidade da educação para filhos de negros escravizados por meio da Escola Central, diante do período da luta abolicionista no final do século XIX, e seu papel para inserção dentro da sociedade alagoana.

Na terceira seção, temos a análise das práticas educacionais da Escola Central e o que se apresenta como motivação e avaliação para a fundação do Liceu de Artes e Ofícios, bem como seu período de funcionamento.

A quarta seção finaliza o estudo, apresentando o processo educacional do período estudado – a Era Vargas –, por meio da narrativa da educação eugênica, iniciada na capital do governo e adotada posteriormente em outros estados.

Há produções relacionadas a essa educação em Alagoas, as quais me deixaram ainda mais motivado e me levou a questionamentos a respeito das mentalidades do século XIX e XX: a modalidade de como esse ensino foi implementado, suas barreiras para as pessoas negras e principalmente como contribuir para a narrativa da nossa própria história.

Com novas perspectivas e incentivos, não somente a mim, mas também a futuros pesquisadores, a pesquisa nos leva a refletir a respeito da educação, direito básico a todos.

Apresenta não somente um modelo político de controle, mas também os desafios ao seu acesso em nossa sociedade, seja pelos critérios da educação pública, seja amparada pela iniciativa privada.

2 A ESCOLA CENTRAL DE ARTES E OFÍCIO DE MACEIÓ (1887 – 1894)

Pensar a respeito do que foi o processo de formação da educação de crianças negras no final do século XIX na cidade de Maceió, capital da província de Alagoas, é inserir-se em uma pesquisa por meio de jornais¹, fotografias² e documentos de arquivos³, salientando que a procura sobre a respectiva escola remete a uma limitação de suas fontes.

A respeito das fontes bibliográficas, temos autores como Adlene Silva Arantes (*Educação de crianças em instituições negras orfanológicas do século XIX*), Manoel Diegues Júnior (*Manoel Francisco Domingues da Silva*), Monica Louise Santos e Maria das Graças de Loiola Madeira (*Escola de negros*), José de Avelino Silva (*O abolicionismo em Alagoas: individualidades e factos de um período áureo da nossa história*) e Edberto Ticianeli (*Francisco Domingues e a histórica Sociedade Libertadora Alagoana*) que serviram de base para a construção desta segunda seção.

Ao analisar a Escola Central, mencionamos sua instituição formadora, a Sociedade Libertadora Alagoana⁴, que dentre seus membros fundadores, estava o professor Francisco Domingues da Silva, diretor da Escola Central do ano de sua fundação, em 22 de abril de 1887 até o fechamento no ano de 1894.

O seu endereço remete à rua Boa Vista, no centro da cidade de Maceió. O local funcionava como um internato onde as crianças saíam quando estivessem na maior idade. Devemos apontar que Maceió, nesse período, era composta por sua maioria de pessoas negras e a localização remetia ao centro da cidade, onde se encontrava grande fluxo de pessoas negras escravizadas (maior parcela da população) e pessoas brancas de várias classes sociais.

A finalidade desta escola não era somente prestar o aprendizado no letramento, mas também servir à instrução em uma arte de ofício para as crianças negras que haviam nascido após a Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871⁵ em seu inciso 1º, que diz:

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mãis, os quaes terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indemnização pecuniaria acima fixada será paga em titulos de renda com o juro annual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquelle em que o menor chegar á idade de oito

¹ Instituto Histórico Geográfico Alagoano (IGHAL);

² Instituto Histórico Geográfico Alagoano (IGHAL);

³ Arquivo Público de Alagoas (APA);

⁴ Sociedade Abolicionista Alagoana fundada em 18 de setembro de 1881 na cidade de Maceió-AL;

⁵ Também conhecida como Lei do Ventre Livre.

annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbitrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor (Brasil, 1871).

O Brasil passava por transformações sociais em relação à questão negra, e dentro desta lei ficava assegurada para os filhos de escravizados a manutenção da chamada liberdade, o que podemos observar que, mesmo com a promulgação da lei, ainda se perguntava como iriam inserir essas crianças dentro da sociedade branca, sendo o caso a procura ser por meio de colônias agrícolas para aqueles que chegassem à idade adulta.

Esta foi uma das formas de se dar a liberdade aos filhos de negros escravizados no Brasil, diante da luta abolicionista, mesmo que “dedicadas a factos políticos, mesquinamente regionaes, onde se exaltam e abatem individualidades” (Silva, 1915, p. 61).

Como a Escola Central poderia contribuir para a luta a favor da abolição em Alagoas? Nos debruçaremos sobre este questionamento, por conta de certa escassez de fontes diretamente relacionadas à escola.

A realidade de Maceió era como a das demais províncias do país: muitas pessoas negras escravizadas sem nenhuma formação, a não ser em trabalhos que não eram realizados por pessoas brancas. Então, a importância da escola seria de grande valor para a causa abolicionista. O modelo a ser adotado seria baseado em internatos e, posteriormente, na criação de colônias agrícolas. Consoante as palavras das autoras Monica Louise Santos e Maria das Graças de Loiola Madeira (2008, p. 51):

A criação [...] componha de um projeto local ambicioso para a época: fundar escolas e colônias agrícolas por toda a província, voltada para as crianças negras masculinas, para as quais a escola de Maceió funcionaria como lugar de ordenação, daí se explica a nomeação de “Escola Central” pelos seus criadores.

Segundo a citação, o projeto para uma província pobre como Alagoas era ambicioso e contava com membros da Sociedade Libertadora Alagoana à frente, criando um ambiente de ensino para as crianças negras masculinas, fato que, diante da documentação, não se pode ter informações do porquê ser uma escola somente para meninos.

Por ser uma instituição particular, com a finalidade de prestar o ensino para as crianças negras até a maioridade, a mesma necessitava de fontes de renda ou fomento.

Os demonstrativos apresentados seriam os custos para sua manutenção administrativa com a permanência das crianças negras nas instalações até a idade adulta.

Segundo os documentos de receita e despesa⁶ e receitas nos quadros 1, 2 e 3, temos a

⁶ Arquivo Público de Alagoas (APA); Caixa 0682; Data de consulta em 10.11.2021;

quantidade de ingênuos⁷, empregados e professores que estavam dentro da respectiva instituição de ensino e ofício, como também custos como aluguel do prédio e móveis, alimentação, compra de matéria-prima, doação de loterias⁸, venda de produtos, pagamento de empregados, compra de vestimenta dos educandos, montagem de oficinas e demais custos que poderiam ser acrescidos.

Quadro 1 – Despesa mensal da Escola Central

Pagamento de 17 empregados (médio)	514.000
Alimentação a 33 educandos e 3 empregados (médio)	240.000
Aluguel de prédio e todos os móveis	150.000
Compra de matéria prima (médio)	180.000
Despesas miúdas	30.000
Total	1:114.000

Nota: N.B. dos empregados/são profissionais 15.

Quadro 2 – Receita da Escola Central

Produto de 10 loterias concedidas pela Lei provincial nº 982 de 23 de Junho de 1886, a razão de 2:000 [?], cada beneficio	20:000.000
Vendas de artefactos nas diversas offi- cinas da Escola no mezes:	
Maio	66.5000
Junho	116.480
Julho	241.220
Agosto	197.800
Setembro	262.340
Outubro	348.900
Novembro	427.820
Dezembro	436.980
Janeiro	427.180
	2:525.220
Doação da Provincial Imperial	200.00
	22:725.000

Nota: Receita da Escola Central de 22 de Abril. Data de sua inauguração: 31 de Janeiro de 1888.

Quadro 3 – Despesa da Escola Central desde sua fundação até 31 de Janeiro de 1888

Montagens das officinas de marceneiro, torneiro, alfaiate, sapateiro, tamanqueiro, baleuleiro, corrieiro e typographo	5:539.141
Accommodação do predio para officinas	1:176.773
Aluguel do predio e moveis	1:650.000
Materia prima	4:567.578
Pagamento a empregados	3:202.302
Expediente e libros de instrucção	446.650
Roupas, calçados e leitos e seus pertences	1:338.810
Alimentação a 33 educandos e 3 empregados	2:111.980
Instrumentos de musica	176.000
Remedios de botica	035.420
Lusz e aceio	144.890
Eventuais	245.825
Total	21:238.899

⁷ “Ingênuos” um conceito para aqueles filhos de escravizados que nasceram após a Lei do Ventre Livre.

⁸ As loterias eram concedidas pelo governo provincial, neste caso o de Alagoas para a Escola Central, era a fonte de renda que se havia mais segurança para a instituição da época, informando que as mesmas não tinham uma regularidade para com o repasse de recursos, havendo a necessidade de recorrer ao envio de cartas ao governo provincial refazendo o pedido de repasse de recursos oriundos de tais loterias.

O quadro abaixo é o registro do que existia em posse da Escola Central para utilização nas oficinas e seu custo de aquisição:

Quadro 4 – Materiais referentes às oficinas da Escola Central

Em machinas ferragens etc	3:780.000
em materia prima	2:702.000
em artefactos	986.300
em moveis e utensilios	753.200
	8:201.500

Todos os custos eram colocados para que fosse realizada a prestação de contas como também a maneira de se lutar para conseguir os fundos necessários. Alguns dos gastos incluíam as despesas acima acrescidas da compra da matéria-prima para o funcionamento das oficinas e remédios, para o caso de algum menino adoecer ou mesmo se machucar durante as aulas de ofício. Sobre os materiais, podemos apontar a compra de madeira, couro, papel e demais ferramentas as quais seriam necessárias para a prática.

Diante desses demonstrativos podemos observar que, na Escola Central, a despesa era alta e a receita baixa para a época – eram necessárias formas de fomento para sua manutenção. Uma forma eram as loterias pagas à instituição por meio de Lei Provincial nº 982 de 23 de Junho de 1886, que remetia uma parcela para a escola.

Mesmo que o valor não fosse o suficiente⁹, a Carta enviada para os membros da Assembleia Legislativa Provincial pela Sociedade Libertadora Alagoana em favor da Escola Central referia-se à subversão anual de cinco contos de reis por três anos, conforme art. 2º da Resolução Provincial de 21 de Dezembro de 1888. A carta consistia num documento solicitando ao Presidente da Província, segundo a Lei Provincial nº 982 de 23 de Junho de 1886, financiamento para a Escola Central (1887-1894), a gratuidade da mesma, como também a possibilidade de criação de colônia agrícola que recebesse os ingênuos em maior idade¹⁰.

A Carta enviada pela Sociedade Libertadora Alagoana para o Governador do Estado Gabino Besouro¹¹, em 14 de fevereiro de 1894, relatava suas atividades filantrópicas e o destino de muitos ingênuos que conseguiram seguir em frente com seus ofícios, auxiliando suas mães, como também o pedido a respeito da criação de uma colônia agrícola para melhorar a condição

⁹ Arquivo Público de Alagoas (APA); Caixa 0682; Data de consulta em 10.11.2021.

¹⁰ Arquivo Público de Alagoas (APA); Caixa 0682; Data de consulta em 10.11.2021.

¹¹ Gabino Suzano Araújo Besouro, nascido em Penedo em 22 de junho de 1851, foi militar e político, assumindo mandato de deputado federal Congresso Nacional Constituinte em 15/11/1890, permanecendo de 1891 a 1892, renunciando a legislatura 1891 a 1893 de seu mandato para assumir o cargo de governador eleito do Estado de Alagoas em 24 de março de 1892 e sendo deposto em 16 de julho de 1894, falecendo no Rio de Janeiro em 31 de janeiro de 1930;

de trabalho e inserção dos demais internos após saírem da Escola Central¹².

Um ponto importante é que, durante esse período, a Sociedade Libertadora Alagoana tinha planos de que fosse criada uma colônia agrícola como já existiam em outras províncias no final do século XIX nas regiões sul e sudeste do país. Temos o exemplo de Pernambuco, com a Colônia Agrícola Industrial Orfanológica Izabel (1874 a 1904), em que Adlene Silva Arantes cita a sua finalidade:

[...] Fundar colônias agrícolas como a Izabel, para recolher e educar os libertos denominados ingênuos contra todas as regas da teymologia, é medida são somente utel, mas de urgçencia, pois 1879 nos bate a porta e de 28 de setembro de 1879 com dianta hão de affluir os taes ingênuos, sem o governo estar prompto para accomodalos: sem contar, que este é o único meio de utilizar a produção agrícola parte daquela geração [...]. (CEPA/PE, 1973, p. 150; Arantes, 2004, p. 3)

O governo precisava acomodar esses libertos, e a forma mais adequada para a época eram as colônias agrícolas como opção de trabalho para essas crianças. No caso de Maceió, as mesmas não chegaram a ser instaladas, mas seu propósito seria a de dar emprego para os ingênuos carentes após o período de internato na Escola de Artes e Ofícios caso não conseguissem exercer o ofício para a qual foram instruídos durante tenra idade. A autora continua:

[...], Shueler (2000, p. 131), analisando a instrução de crianças desamparadas numa instituição semelhante [...] - o Asilo Agrícola de Santa Isabel na província do Rio de Janeiro – salienta que educar e instruir menores abandonados e desamparados, incluindo os libertos pela Lei de 1817, significava, [...], a tentativa de manter, nas mãos dos antigos senhores, os poderes de decisão e intervenção sobre as vidas dos indivíduos livres e libertos pobres, oferecendo-lhes instrução agrícola com a intenção de preparar não apenas para o trabalho livre, mas também conservando a mão-de-obra descendente de escravos nas fazendas e nas áreas rurais (Arantes, 2004, p. 5).

Conforme a autora, podemos interpretar que, no caso de Maceió, o amparo ficou para com as crianças negras libertas; em relação a Pernambuco ficamos somente com a Escola Central, que abrigou meninos do sexo masculino na modalidade de internato e dessa forma exerceu sua função como instituição educacional.

Não podemos deixar de mencionar o valor da imprensa no contexto da realidade da época em Alagoas. A Escola Central seria o espelho da prática abolicionista da Sociedade Libertadora Alagoana, como aponta Monica Luise Santos e Maria das Graças de Loiola Madeira:

Fundada por abolicionistas, [...] representava lugar [...] para garantir a legitimidade na divulgação daqueles ideais em Alagoas. [...], nela estiveram vinculados periódicos locais como Gutemberg, A Gazeta de Notícias, O Lincon e A União [...]. (Santos; Madeira, 2008, p. 53).

A causa abolicionista dos anos 1880 estava em constante debate. Então para a

¹² Arquivo Público de Alagoas (APA); Caixa 0682; Data de consulta em 10.11.2021.

sociedade local o uso deste meio de informação fortaleceria ainda mais a corrente abolicionista para a libertação de negros escravizados, cabendo apontar que no caso do jornal *A União*, fundado em 1887 por alunos da instituição, com o jornal *O Lincoln*, ficaram a cargo de dar tal visibilidade para a Sociedade Libertadora Alagoana, descrito como “Associações particulares, de caráter literário e/ou político mantiveram suas próprias escolas. Por vezes, serviam de espaços de propaganda política buscando aliciar os negros em prol da causa abolicionista e republicana” (Peres, 1995; Gonçalves; Silva, 2000, p. 136; Santos; Madeira, 2008, p. 53).

Os debates sobre a abolição continuavam intensos. Muitos intelectuais escreviam a respeito de como este processo deveria ser direcionado, dentre eles estava Rui Barbosa¹³ que “ao tratar da transformação nas relações do trabalho, entendida como fundamental para civilizar e industrializar o Brasil” (Santos; Madeira, 2008, p. 53), poderia desencadear em inúmeras mudanças para o progresso do país com a implementação do trabalho livre remunerado.

Entendemos que o modo de trabalho escravo seria mais viável para o progresso do país, sendo o Brasil, o último país do mundo a extinguir a escravidão¹⁴. Antes deste período, o país passava por reformulações em suas esferas sociais, econômicas e políticas, já que a escravidão foi a base da mão de obra econômica brasileira, principalmente com seu uso nas lavouras de cana-de-açúcar e café à custa de vidas perdidas desde a implementação da escravidão no Brasil por volta do século XVI até passar pela transição para a mão de obra livre¹⁵ e assalariada.

Dentro deste debate, a imprensa alagoana mantinha informada a população local por meio da reprodução de jornais que circulavam na capital imperial. Com isso, era exposto o que acontecia no Império a respeito da libertação de escravizados, lembrando que no caso de Maceió uma grande parcela de sua população era composta de negros escravizados e mestiços.

Como poderia ser essa transição? Como poderia ser feita a inclusão dos jovens libertos no mundo do trabalho, uma vez que ainda existia o preconceito para com os filhos de negros escravizados?

Voltamos à questão da criação das colônias agrícolas espalhadas pelo Brasil com a prática de letramento e ofício. Em Alagoas temos a exemplo da Escola Central, onde apontamos

¹³ Rui Barbosa de Oliveira foi advogado, jornalista, jurista, político, diplomata, ensaísta e orador. Nasceu em Salvador-BA, em 5 de novembro de 1849, e faleceu em Petrópolis-RJ, em 10 de março de 1923. Defendia a importância das ciências para a o desenvolvimento da educação no país durante o século XIX, como também era um defensor da abolição da escravidão e da descentralização do país com a implementação do federalismo.

¹⁴ Em 13 de Maio de 1888, durante após dias de debates no Congresso, a Princesa Isabel assina a Lei Áurea libertando todos os negros escravizados no Brasil.

¹⁵ A importação de mão de obra livre remete à década de 1850, oriunda de países da Europa que tinham como finalidade trabalhar nas lavouras de café no Brasil Império.

a seguinte fala a respeito da importância da educação para superar o pensamento de ignorância em relação aos negros escravizados existente entre os intelectuais do Império.

O ideário de educação que circundava pela importância de se construir uma identidade para [...] o Estado Nacional deveria ser unificado em todas as esferas, incluindo, sobretudo, cultura e educação. Esta última se apresentava como forma civilizadora da elite intelectual, com a pretensão de alastrar princípios de liberdade e igualdade nos países colonizados pela referência à cultura europeia (Santos; Madeira, 2008, p. 54).

O pensamento apresentado pelas autoras era o de seguir o do padrão europeu, assim pontuado na citação acima, sendo seguido por todos os países então colonizados. Aqui apontamos nossos olhos para o Brasil do século XIX: um país agrário com pouca industrialização e que ainda estava preso às amarras do seu passado colonial. Como podemos ver, a questão da educação para negros era algo inexistente, o que rebaixava sua condição como vergonhosa para a elite intelectual da época. Podemos refletir sobre a mesma situação quanto à questão da Escola Central na sociedade alagoana.

Por meio de imagens de fotografias do Instituto Histórico Geográfico Alagoano podemos traçar como era o dia a dia dentro da Escola Central. O estudo feito sobre as fotografias nos revela a realidade. Valendo-se desses registros, temos a localização, a autoria de Olavo Baptista, porém não temos informações do ano em que foram tiradas. No entanto, consideramos que tenham sido tiradas durante o período que a escola esteve aberta. Vejamos:

Figura 1 – Oficina de carpintaria



Fonte: Instituto Histórico Geográfico Alagoano.

Nota: local onde era realizado o ensino e prática do ofício de carpinteiro.

Figura 2 – Salão de exposições



Fonte: Instituto Histórico Geográfico Alagoano

Nota: local onde ficavam à mostra os produtos fabricados nas oficinas pelos jovens e que seriam comercializados para poder suprir as despesas da escola, com a legenda de “Primeiros artefatos fabricados pelos alunos”.

Figura 3 – Aula primária



Fonte: Instituto Histórico Geográfico Alagoano.

Nota: local onde era realizado o ensino do letramento para os jovens negros, com a legenda de “uma lição de coisas”

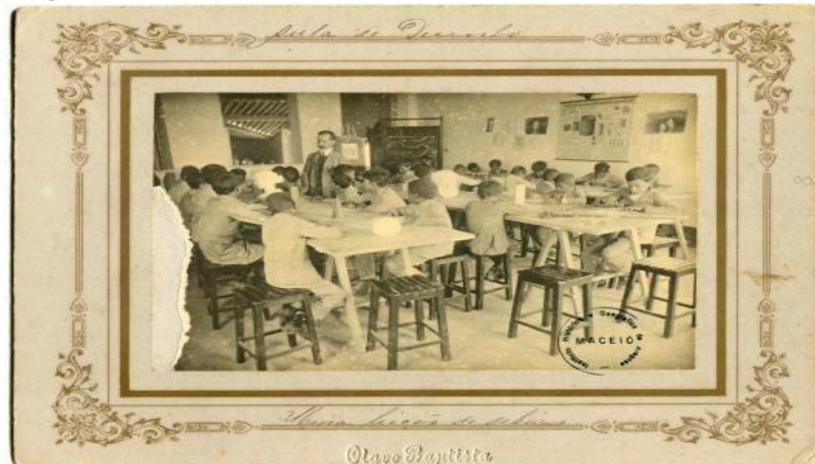
Figura 4 – Oficina de sapateiro



Fonte: Instituto Histórico Geográfico Alagoano.

Nota: local onde era realizado o ensino de prática do ofício de sapateiro.

Figura 5 – Aula de desenho



Fonte: Instituto Histórico Geográfico Alagoano.

Nota: local onde era realizada a parte de desenho de figuras geométricas, com a legenda de “Uma lição desenho linear”

Figura 6 – Oficina de serralharia



Fonte: Instituto Histórico Geográfico Alagoano.

Nota: local onde era realizado o ensino de prática do ofício de serralheiro.

Figura 7 – Em recreio



Fonte: Instituto Histórico Geográfico Alagoano.

Nota: realizada no pátio interno da escola, com a legenda “Primeiras lições de ginástica militar”.

Figura 8 – Oficina de marcenaria



Fonte: Instituto Histórico Geográfico Alagoano.

Nota: local onde era realizado o ensino de prática do ofício de marceneiro, com a legenda “Ensino prático do ofício de marceneiro”.

Temos nas imagens acima o registro das crianças negras em suas rotinas diárias. Essas fotos se encontram em posse do IHGAL e pelo que se tem conhecimento, são únicas. Podemos cogitar, também, que as fotos poderiam ter sido usadas para mostrar o trabalho abolicionista da Sociedade Libertadora Alagoana e as mesmas poderiam ter sido usadas aos título de propaganda abolicionista.

Um elemento a ser apresentado nos remete à publicação nos classificados do *Jornal Gutemberg*, de 1890, no qual temos a publicação de venda de um produto feito dentro dessas oficinas da Escola Central.

Figura 9 – Publicação do Jornal *Gutemberg*: venda de sapatos Marroquim



Fonte: *Jornal Gutemberg*, 21 de maio de 1890, Instituto Histórico Geográfico Alagoano.

Uma das formas de conseguir recursos para a Escola Central era a venda de sapatos de

marroquim¹⁶, fabricados na oficina de sapateiro da escola. A utilização de jornais era uma das maneiras de expor o produto fabricado, onde poderia ser adquirido e a definição de seu público alvo, notadamente o masculino, ou melhor, aquele que poderia pagar o preço pela aquisição do produto, em que deduz que esse público era o de homens brancos que possuíam poder aquisitivo de compra.

Mas a Escola tinha outras atividades, como a que foi registrado no *Jornal Gutemberg*¹⁷, de 23 de abril de 1890, com a seguinte notícia:

Escola Central

A's da manhã do dia 20 do corrente os alumnos da escola central, acompanhados de seu digno e director, professor Francisco Domingues, tendo á frente a banda de musica dos alumnos fardados dirigiam-se a matriz desta capital onde assistiram á uma missa em acção de graça pelo 3º anniversário da fundação desta escola.

A' tarde celebrou-se a mesma matriz de seu estandarte estando presentes os paranymphos-venerando governador deste Estado coronel Franklin de Barros, intendente Ricardo Brennand, Manoel Maria de Moraes, Firmino d'Aquino Vasconcelos, dr. Joaquim José d'Araujo, Pedro Vandeval, Antonio Alves, Francisco Ribeito Lins e José Domingues Lordslee.

Terminada a benção, dirigiram-se ao jardim do palacete, onde tocaram algumas peças a mesma banda de musica de menores, e bem assim a das sociedades Minerva, Artística e a do batalhão 26, as quaes abrilhantaram aquella solemnidade religiosa. (Jornal Gutemberg, Maceió, quarta-feira, 23 de abril de 1890, nº 85 Anno IX, Director - Antonio Alves)

A respectiva notícia relata a comemoração dos três anos de existência da Escola Central. No dia 20 de abril de 1887, os alunos fardados com o diretor da escola Francisco Domingues¹⁸ se dirigiram à Matriz da capital, tendo a solenidade acompanhada da banda de música da própria escola, onde receberam a benção dos paraninfos, dentre eles o governador do estado coronel Franklin de Barros, o intendente Ricardo Brennand e demais figuras ilustres da sociedade alagoana presentes ao evento. Assim, continuando a narrativa:

Seguiram todos a palacio, para cumprimentar ao illustre governador, e em volta foram em passeiata pelas principais ruas, tocando sempre todas as músicas.

Ao recolher, reunidas em bandas de música em frente da escola que foram sempre acompanhadas de grande concurso de povo, orou de uma das varandas do predio do democratico Pedro Nolasco, agradecendo, em nome do director ao público, que não soube ser indefetente á esta dos ingenuos que foi a comemoração [inelegível] das atividades aproveitadas ha 3 anos em prol do bem da mocidade que outr'ora dormia o somno da tibieza no leito do ocio.

No dia 21, ás 5 1/2 horas da tarde os ingenuos em boas expressões, repletos de povo, fizeram nova passeiata até Jaraguá. (Jornal Gutemberg, Maceió, quarta-feira, 23 de abril de 1890, nº 85, Anno IX, Director - Antonio Alves)

¹⁶ Sapato de marroquim, produto fabricado usando couro de animal, podendo ser de cabra ou bode, também usado na fabricação de bolsas, encadernação, sapataria etc, preparado segundo a necessidade ou finalidade a qual se era destinado.

¹⁷ *Jornal Gutemberg* (Orgão do Centro Republicano Federal de Alagoas), Maceió, quarta-feira, 23 de abril de 1890, nº 85 Anno IX, Director – Antonio Alves, tiragem 1.650 exemplares. IHGAL 2021.

¹⁸ Francisco Domingues da Silva foi fundador e diretor da Escola Central e um dos participantes da fundação da Sociedade Libertadora Alagoana, onde ocupou o posto de 1º secretário.

Após a bênção, partiram em direção ao palacete onde cumprimentaram o governador e seguiram em cortejo pelas ruas da cidade tocando músicas. A comemoração das atividades da escola em benefício dos jovens negros era também novamente uma forma de demonstrar a causa abolicionista, sendo descrito no jornal um momento do discurso do democrático Pedro Nolasco, que agradecia em nome do diretor as conquistas realizadas vivenciadas por esses jovens na época. Dando continuidade:

Ouviam-se no trajeto os sons harmoniosos da musica da corporação. No jardim tocaram algumas peças e ao escurecer se encaminharam para a Phelix, onde saudou com um entusiastico em curso o cidadão Bernardino [inelegível].

Bello sexo d'aquella distincta sociedade recebeu-os com muitas bandejas de flores derramadas das janelas.

Penetrando o salão intinerantes repitiram mais uma vez as harmonias marciaes, sendo-lhes oferecido pelo directorio da Phelix um copo d'agua.

Retirnado-se, ergeram-se muito vivas; e assim rejubilados por tantas provas de cavalheirismo os intinerantes tomaram bonds para Maceió ás 7 horas.

Hontem esteve em exposição durante noutre, estabelecimento de diversos artefactos. Foi muito visitado (Jornal Gutemberg, Maceió, quarta-feira, 23 de abril de 1890, nº 85 Anno IX, Director – Antonio Alves).

Finalizando a notícia, temos o registro de uma população festiva com tal comemoração, como também a chegada ao prédio da escola onde estavam em exposição as práticas produzidas pelos ingênuos. Reportamos, novamente, que uma das formas de fomento da escola era a venda de produtos produzidos em suas oficinas.

Um ponto a ser referenciado é a respeito de como a música está relacionada à ancestralidade africana. Por meio desta era passado o conhecimento oral de uma geração para a outra. Esta prática permanece até os dias atuais em nosso país, e está relacionada, principalmente, à questão religiosa de cultos de matriz africana, mas isso não quer dizer que o preconceito havia terminado.

O *Jornal Gutemberg* de 08 de junho de 1890 relata as dificuldades passadas pela Escola Central:

Em 1885, A Sociedade Libertadora Alagoana, no mais acesso da luta contra a escravidão, fundou em Maceió um estabelecimento de instrução e educação, a que denominou Escola Central da Sociedade Libertadora Alagoana.

O proprio nome do estabelecimento mostra que elle obedecia ao plano de fundação de outras escolas nos diferentes municipios da província, hoje Estado, tendo como centro de operações a casa da capital.

Tenho a satisfação de pertencer a essa sociedade para a qual entrei, na forma dos estatutos, ao libertar o ultimo dos escravizados, que possuia, e sei que ella pretende, ha muito, fundar uma colonia agricola, onde se instalem os ex-ingenuos que chegarem á idade que exige a sahida da Escola Central; não a fez ainda por falta de recursos.

Para a fundação da Escola Central teve a benemerita sociedade a quantia de 24:000\$, proveniente de beneficios das loterias concedidas pela assmbleia provincial, quantia que deu para montagem do internato, das officinas e primeiras despesas do custeio da escola, então sem ainda outros recursos (Jornal Gutemberg, Maceió, quarta-feira, 08 de junho de 1890, nº 102, Anno IX, Director – Antonio Alves).

A carta escrita por Dr. Leite e Oiticica, publicada no jornal *Gazeta de Noticias* é um apelo à Capital Imperial no Rio de Janeiro solicitando auxílio do governo para permanência e manutenção da Escola Central da Sociedade Libertadora Alagoana. Segue o relato:

Somente em 1889 votou a assembleia provincial a subvenção de 5:000\$ annuaes para o custeio da escola, insufficiente para os multiplos serviços que a instituição reclama. Bem vêdes que e' impossivel cuidar de alargar a esphera de acção já que se propõem os tenazes e infatigaveis propugnadores da idea, motivo unico pelo qual ainda não se fundou a colonia agricola, para onde tanto urge enviar os alumnos do internato, chegados a idade superior (Jornal Gutemberg, Maceió, quarta-feira, 08 de junho de 1890, nº 102, Anno IX, Director – Antonio Alves).

Por meio de sua escrita, Dr. Leite e Oiticica relata a finalidade da fundação da Sociedade Libertadora, da qual é membro, e tem como propósito o fim da escravidão. Para isso, a Sociedade cria a Escola Central como forma de amparar os filhos de ex-escravizados lhes oferecendo ensino e formação de ofício na modalidade de internato.

Lembrando que os planos eram de criar uma colônia agrícola, onde a finalidade era encaminhar os alunos em maior idade para a tal colônia, tal qual existiam em outras províncias, mas por não possuir recursos o feito não conseguiu ser concretizado. A criação se deu por meio das loterias por meio de votação da assembleia provincial que supriu, inicialmente, a instalação de suas salas, oficinas e despesas iniciais. Depois acabou dificultando com os recursos escassos e sem outras fontes de fomento.

Posso afirmar-vos que a Escola Central da Sociedade Libertadora e' um instituto modelo, devido aos esforços dignos do mior louvor do seu director, o infatigavel sr. Francisco Domingues da Silva, que tem sacrificado sua fortuna particular por esses desprotegidos da sorte, typo de verdadeiro e perfeito educador como elle é (Jornal Gutemberg, Maceió, quarta-feira, 08 de junho de 1890, nº 102, Anno IX, Director – Antonio Alves).

Ao finalizar, Leite e Oiticica relembra o trabalho do diretor Francisco Domingues da Silva que retirava de sua própria fortuna recursos para manter a Escola aberta, o que não duraria muito e ocasionaria seu posterior fechamento no ano de 1894.

Com o fim da Monarquia no Brasil e consequentemente a Proclamação da República¹⁹, a Escola Central caminhou para seu fechamento devido à falta de recursos financeiros. Os canais de comunicação nos faltam como fontes para explanarmos mais sobre essa questão, cabendo uma lacuna em nossa narrativa a respeito da Escola Central.

Aqui retornamos às questões levantadas a respeito da narrativa desta segunda seção,

¹⁹ A Proclamação ocorre diante do panorama da abolição da escravidão no Brasil, a qual ocorreu em 13 de maio de 1888. Um ano e meio depois ocorre o fim na monarquia brasileira, dando início à república federativa brasileira, proclamada por Marechal Deodoro da Fonseca, em 15 de novembro de 1889.

onde pontuamos, conforme as leituras e consultas das escassas fontes, a qual podemos ter uma possível conclusão. Ainda deixamos em aberto para futuros diálogos de reflexão a respeito da educação negra em Alagoas por meio da Escola Central, porém pontuamos:

A contribuição da Escola Central é considerável para sua época, uma vez que a realidade da luta abolicionista em Alagoas, principalmente em Maceió, estava alocada nesta instituição e consistiu na inserção dos jovens negros ao letramento e ofícios no intuito de ingressar numa sociedade, mesmo que preconceituosa, e no mercado de trabalho. Cabe salientar a dificuldade de acesso a possíveis registros de quantos desses jovens realmente conseguiram exercer seus ofícios na cidade de Maceió, em que o único documento encontrado foi a carta da Sociedade Libertadora direcionada ao Governador do Estado Gabino Besouro, em 14 de fevereiro de 1894, documento que se encontra no Arquivo Público de Alagoas (APA) na caixa nº 0682. Destaco, em específico, a página 02 e 03 do respectivo documento onde se aponta um total de 48 alunos negros, sendo que 02 acabaram falecendo por motivo de doença, 07 atingiram maior idade ou idade legal para o exercício do ofício aprendido, e 06 alunos formados. O documento também descreve demais nomes, seus ofícios e destinos.

As vidas de negros africanos do contrabando ao tráfico foram de milhões de perdas, desde a captura, transporte por terra e mar, venda no mercado de escravos até a servidão nos mais variados serviços a serem feitos aos senhores brancos. Esses números podem ser ainda maiores, uma vez que, dentre o século XVI até a data da abolição da escravidão, nas proximidades do fim do século XIX, e mesmo com a República até os dias atuais, por meio de seus descendentes, continuam dentro do ciclo da violência para com as vidas negras, em que se mudou o contexto, mas a realidade da violência permanece em pleno século XXI.

A transição, diante da interpretação de minha narrativa, é que não foi algo fácil ou de modalidade gradativa. O preconceito ao povo negro permanecia e a rejeição a pessoas negras libertas era grande, mesmo com a criação de escolas de artes e ofícios e colônias agrícolas como opção para as crianças e jovens negros no final do século XIX; com a luta abolicionista do período, havendo embates no meio político, econômico e social para a inserção do espaço negro dentro da sociedade que ainda os via como somente seres inferiores ou mesmo como ferramentas descartáveis de trabalho manual, com poucos se sobressaindo em outras profissões exercidas por pessoas brancas. O fato é que a figura negra, ainda presentemente, continua lutando por espaço em nossa sociedade racista, a luta por espaços negados permanece e a mentalidade colonial branca permanece fechada.

3 A EDUCAÇÃO DO SÉCULO XIX: SUA FORMA DE CONTROLE E ABISMO SOCIAL

Em continuidade ao processo de pesquisa sobre como foi implementada a educação negra em Maceió, é necessário, antes de tudo, revisitar como tal processo se inicia na sociedade brasileira do século XIX. Para isso, serão utilizadas nesta seção como referência bibliográfica inicial, os textos da *Revista da História da Biblioteca Nacional*²⁰.

Os autores apresentados são: Valdei Lopes de Araújo (2015); Marina de Mello e Souza (2015); Luciano Mendes de Faria Filho, Carla Simone Chamon e Marcilaine Soares Inácio – *Instruir sem incluir* (2015).

O processo educacional apresentado no Brasil do século XIX é de origem europeia do século XVIII: “O cortês é urbano e não rural, pertence aos espaços capitais, em oposição aos provincianos, é polido e não rústico [...]” (Lopes, 2015, p. 13). A mentalidade predominante do período foi corroborada com o advento da expansão marítima – as Grandes Navegações²¹ do século XV. Então, nos perguntamos, onde colocaríamos o processo educacional europeu no Brasil? Quais as características dessa educação? Por que somente vamos ter a implantação da educação no Brasil durante as décadas dos Oitocentos? Como os africanos escravizados terão acesso a tal tipo de educação?

A educação de acesso somente à elite da monarquia absolutista europeia, tutelada pela Igreja Católica, detentores do conhecimento acadêmico, deu acesso à burguesia, devido à expansão do comércio, financiamento das frotas marítimas e ocupação das terras do continente africano pós-século XV²².

Conforme Mariana Souza (2015, p. 17), o processo educacional no Brasil inicia-se com a chegada dos primeiros missionários jesuítas. Diz a autora:

No que se diz respeito às relações entre sociedades africanas e sociedades europeias, a educação teve importância central no processo de subordinação de algumas regiões da África a partir do início do século XIX. Com o caminho aberto para as viagens de exploração do interior do continente e pelo aumento dos interesses econômicos nos seus recursos naturais, primeiro os missionários cristãos, depois professores leigos tornaram-se importantes intermediários dos europeus e transmissores de valores e conhecimentos tidos como superiores aos dos nativos.

²⁰ A *Revista da História da Biblioteca Nacional* foi uma publicação da Sociedade dos Amigos da Biblioteca Nacional iniciada no ano de 2003 de forma impressa e encerrada em 2017, devido à falta de recursos; era a única revista da época para divulgação de pesquisa científica de historiadores. Grande parte de suas edições estão disponíveis em: <https://web.archive.org/web/20160122061132/http://www.revistadehistoria.com.br/revista/edicoes-antiores>.

²¹ As Grandes Navegações foi o processo de expansão marítima iniciado por Portugal e Espanha às terras orientais para fazer a ponte de comércio da Europa com a Ásia à procura de especiarias.

²² O processo e colonização iniciada por Portugal no século XVI perdura até o século XIX, salientando que o processo de descolonização total do continente pelos países europeus deu-se nas primeiras décadas do século XX.

Como vemos na citação acima, a imposição educacional europeia-cristã foi uma normativa também para o Brasil, fazendo com que as práticas culturais africanas fossem relegadas a planos inferiores. É verdade que os ditos “colonizadores” sabiam e usufruíram das riquezas e diversidade econômica presentes no continente africano.

A educação trazida pelos missionários europeus e posteriormente por diversos professores foi utilizada como mediadora entre o europeu e os africanos, lembrando que qualquer conhecimento não europeu era considerado como inferior, justificativa para que, aos povos africanos, fossem negados locais e ancestralidade.

Essa estratégia demonstraria o interesse de controlar e utilizar os povos locais no trabalho braçal, a princípio, e posteriormente a adoção da escravização de povos africanos, retirando-os de sua terra e levando-os tanto para a Europa como para as colônias fora do continente africano, criando um novo mercado: o humano.

Dessa forma, a autora continua analisando o papel do saber/conhecimento científico:

Esses estrangeiros disseminaram as formas de conhecimento ocidental entre os africanos em um contexto no qual os saberes locais eram menosprezados, quando não desqualificados. O modelo de civilização ocidental era visto como o mais adiantado e o empenho em educar populações nativas transmitindo conhecimentos que lhes eram estranhos até então era entendido como um ato de generosidade (Souza, 2015, p. 17-18).

O processo educacional será visto como forma de poder, de controle e libertação, durante o período colonial no continente africano (de forma geral). Entendemos que: “[...] o domínio sobre os códigos do opressor é um caminho para ser anulado o controle que ele exerce [...]” (Souza, 2015, p. 19), portanto, sendo essa a forma de resistência para as populações africanas em relação ao continente europeu.

Tal processo ocupacional continua durante a I Revolução Industrial, no século XVIII, na Inglaterra, e seguido por demais países que tinham colônias no continente africano, como: França, Holanda, Alemanha e Bélgica. A justificativa para explicar essa cronologia se deve ao que viria no início do século posterior com a vinda²³ da família real portuguesa para o Brasil, com apoio do principal parceiro comercial, a Inglaterra (que via muitas vantagens comerciais para com a futura capital da metrópole portuguesa).

O Brasil colonial passava por transformações nas primeiras décadas do século XIX, quais sejam: políticas, econômicas e sociais. Havia necessidade de pensar quais seriam os

²³ A família real portuguesa foge da invasão napoleônica para o Brasil, em 29 de novembro de 1807, aportando inicialmente na Bahia, em 22 de janeiro de 1808, e depois partindo para a futura capital da monarquia no Rio de Janeiro, em 08 de março de 1808, e retornando inicialmente em 26 de abril de 1821 com D. João VI e posteriormente com D. Pedro I, em 07 de setembro de 1822.

próximos passos na transformação da sociedade brasileira depois da proclamação da independência, em 7 de setembro de 1822, por D. Pedro I. Um dos principais pontos seria a transição, mesmo que a lentos passos, do modo de trabalho escravista para o de trabalho livre. Este foi efetivado politicamente durante o final do governo monárquico de D. Pedro II. É necessário lembrar que o Brasil foi a última nação a abolir a escravidão.

Para acompanhar as transformações que ocorriam na Europa era necessário que a visão da elite “[...] responsável pela construção do Estado Nacional acreditava no progresso da sociedade e na importância de civilizar o povo” (Faria, 2015, p. 21). Era entendido que o progresso deveria vir por meio da alfabetização da população brasileira. Os autores abaixo apontam caminhos e indicam os primeiros passos a serem seguidos. São eles: Luciano Mendes de Faria Filho, Carla Simone Chamon e Merciliane Soares Inácio (2015, p. 21):

Uma das tarefas primordiais era organizar a instrução pública elementar, que deveria se estender a um número cada vez maior de pessoas. [...] deveria ser expandida para todas as classes. [...] teria a capacidade de dissipar as trevas, difundir a ordem, estabelecer o primado da razão e aperfeiçoar o país, colocando o Brasil ao lado das “nações civilizadas”. Se a falta da instrução era uma das causas da desgraça da nação, um obstáculo para o que se acreditava ser a marcha inexorável do progresso, o remédio era expandi-la, fazendo com que ela chegasse a todos os lugares.

No fragmento acima temos a presença da população pobre no processo educacional, em que é apontado num primeiro momento homens e mulheres negros(as) escravizados(as) ou mesmo seus descendentes estariam inclusos(as). A instrução pública²⁴ se fazia necessária para determinar como seria a construção da educação brasileira. Como exemplificação, podemos apresentar a publicação do jornal *O Universal*, de origem mineira (a maior província do Império) em sua edição de 18 de julho de 1825, publicitando a visão educacional:

O sistema de educação elementar, que se tem seguido no Brasil, desde o seu descobrimento, tem sido mui dispendioso, e mui limitado; ainda sem notar outros defeitos, que de tempos a tempos se tem conhecido, e se tem tentado remediar com algumas providências oportunas. Animados que estavam com a recém-conquistada independência, seus editores defendiam que se a cultura do espírito aumenta a felicidade dos homens, não pode deixar de ser grande serviço à humanidade inventar meios que essa cultura se generalize (Faria Filho; Chamon; Inácio, 2015, p. 22)

Com a respectiva análise da reportagem temos a conclusão que a população pobre deveria sim ser alfabetizada por meio de seus filhos e filhas, mas em relação a famílias das elites não deveriam ter o mesmo acesso educacional, ficando limitado, como diriam os autores. Assim, poderiam abrir para uma discussão a respeito de tal mentalidade descrita como autoritária e restritiva onde: “[...] seria positiva desde que não colocasse em risco as relações

²⁴ O primeiro pedagógico de origem Inglesa do século XIX por Andrew Pell e Joseph Lancaster e implementado por D. Pedro I, por meio da lei, em 15 de outubro de 1827.

tradicionais de submissão da maioria à exploração da elite imperial (Faria Filho, Chamon; Inácio, 2015, p. 22).

Teremos, então, o debate por meio de duas correntes políticas descritas durante a segunda metade do século XIX já citadas em linhas acima: o dever do Estado a respeito da educação, por meio da mobilização de políticos, intelectuais e familiares (desde famílias abastadas às mais pobres), apontando primeiramente o pensamento dos monarquistas a respeito da ação do Império e das demais províncias (a respeito das dificuldades):

[...] e tendiam a imputar as mazelas da instrução pública a dificuldades apresentadas pelo meio social e cultural (pobreza, miscigenação, pouco interesse dos pais etc.), ao desinteresse da classe política pelo problema, ou mesmo a extensão territorial do país (Faria Filho; Chamon; Inácio, 2015, p. 23).

Temos, então, o momento inicial a respeito dos descendentes de escravizados e a miscigenação²⁵, enquanto o pensamento republicano apontava o descaso do Governo Imperial para o fator principal: a baixa escolaridade de sua população e, dessa forma, responde qual seria a solução: “[...] somente a República poderia construir o Estado Nacional forte, pois erigido segundo os interesses do povo, e uma nação moderna, [...] baseada na adesão consciente e ilustrada dos cidadãos” (Faria Filho; Chamon; Inácio, 2015, p. 23).

Mesmo depois da Proclamação da República a realidade da educação não mudou, manteve-se o mesmo padrão do Império ou se tem, até mesmo, certos retrocessos para com a gratuidade na escola pública (está presente na Constituição Imperial, em 1824, ou mesmo a sua ausência – do processo educacional – na Constituição Republicana de 1891).

Para fazer o paralelo a respeito de como tal processo iria ser implementado na, então, província de Alagoas (desde o início dos Oitocentos até o final do Império e início da República), foram necessárias analisar fontes bibliográficas como: as dissertações de mestrado de Rosilda Germano da Silva Moura – *Do projeto à fundação: o Liceu de Artes e Ofícios de Alagoas (1884-1917)* e Monica Louise Santos – *A escolarização de negros: particularidades históricas de Alagoas (1840-1890)*. A nossa intenção, portanto, é tentar fazer a intercalação a respeito do papel de ambas as instituições, cada uma com suas particularidades, uma vez que o foco da pesquisa diz respeito à educação para as pessoas negras escravizadas/libertas ou forras em Alagoas.

²⁵ Pelo pensamento da época, era o resultado da reprodução de pessoas de grupos étnicos distintos. Nesse caso, podemos indicar para os pardos que seriam resultados entre negros e brancos, salientando que o processo é bem mais amplo em relação à população brasileira [comentário do autor].

3.1 O surgimento da educação em Maceió: o Liceu de Artes e Ofícios *versus* Escola Central

A aceleração industrial do século XIX como também o aumento da população de sujeitos livres e pobres preocupava o poder público e os intelectuais, que viam a necessidade de criação de projetos para “[...] retirar das ruas os ‘desvalidos da sorte’ proporcionando um controle social²⁶” (Moura, 2015, p. 27) veio desencadear, por meio dos intelectuais, “[...] liberais, que espalharam seus domínios na imprensa, no parlamento e no poder público” (Moura, 2015, p. 24-25), a implementação das instituições chamadas Liceus de Artes e Ofícios nas províncias do Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Minas Gerais (1879), Recife (1880), São Paulo (1882), Florianópolis (1883), Maceió (1884), Manaus (1884) e Ouro Preto (1886).

Ao analisar a educação nos anos finais dos Oitocentos, se faz necessário descrever a realidade a qual nossa província, descrita até então como totalmente rural? (segundo visão de Moura, 2015, p. 58). A mesma não possuía indústrias de grande porte e muito menos fazia parte das decisões do nosso país. Sua população, na maioria, era constituída por pessoas negras escravizadas, pardas e também por aqueles que conseguiam sua liberdade a duras penas.

Dentro dessa realidade, Alagoas permeava também a respeito do fim da escravidão por meio da luta dos abolicionistas, e dessa forma, em setembro de 1881, a Sociedade Libertadora Alagoana foi criada e mantinha em circulação de imprensa os jornais *O Lincon* e *Gutenberg* (ambos 1881). A mentalidade girava em torno da escolarização do povo alagoano:

[...] não apenas para a apropriação das letras, mas também como forma de modelar hábitos e comportamentos e ideias. [...] a abolição dos escravizados e o universo das letras simbolizavam a libertação de dois estigmas brasileiros: a escravidão e analfabetismo, tidos como principais entraves para o projeto de modernização do Brasil (Moura, 2015, p. 58).

Era necessário a implementação de escolas profissionais para que o medo do fim da escravidão não deixasse desamparada a pretensa mão de obra para o trabalho livre (leia-se: negro escravizado), tendo como meta “[...] Preparar recursos humanos para a transformação industrial que estava por vir se fazia necessário” (Moura, 2015, p. 59), ou seja, para ter a liberdade com o conceito de civilidade, o papel da escola se fazia importante. Portanto, surge a necessidade de criação de Liceus pelo país. Em Alagoas, a ideia era discutida e se difundia de forma cada vez mais aprofundada e era um anseio nacional devido à urgência pela imposição do progresso.

²⁶ A implementação dos chamados Liceus de Artes e Ofícios estaria atrelada à constituição imperial de 1830 que detinha um artigo que o trabalho deveria ser compulsório a corrigir, disciplinar e moralizar os marginalizados a torná-los civilizados.

Antônio Guedes Nogueira para o jornal *O Orbe*, de 2 de maio de 1883, demonstrava sua insatisfação ao governo local e tecia elogios à província de São Paulo, que por iniciativa de Leôncio de Carvalho²⁷ não esperava que o governo tomasse a iniciativa e que “[...] somente a província das Alagoas ficou inerte diante desta grande necessidade de progresso” (Moura, 2015, p. 60).

A primeira experiência brasileira veio com o Colégio de Educandos Artificies (1851), seguidas de outras entidades filantrópicas, a exemplo da própria Escola Central (1887), o Asilo Nossa Senhora do Bom Conselho (1877), o Colégio Orfanológico (1890) e o Liceu de Artes e Ofícios (1884). É importante deixar registrado que cada instituição amparava uma parcela da população em específico, sendo neste ponto, nosso foco as similaridades entre a Escola Central e o Liceu de Artes e Ofícios, em que a Escola Central estava voltada para a instrução das primeiras letras e ofícios para crianças negras, filhos de escravizados, enquanto o Liceu de Artes e Ofícios era voltado para atender adultos e crianças de ambos os gêneros, a classe trabalhadora e artística.

O uso da imprensa se mantém como meio de informação e atualização a respeito das atividades e iniciativas de seus participantes, e todas as instituições amparadas financeiramente pelas sociedades civis. Nesse ponto, a Escola Central, como já descrevemos na segunda seção, foi mantida por meio das doações dos membros da Sociedade Libertadora Alagoana. O repasse das loterias acontecia através da venda de seus produtos. O Liceu foi descrito por Moura (2015, p. 62) e Santos (2011):

Para sua instalação o Liceu de Artes e Ofícios recebeu doações do imperador e das comissões criadas para angariar fundos. Diversos materiais foram doados, como estojo matemático, carte cartográfica, compêndios de aritmética entre outros, muitos deles cedidos pelos sócios da Sociedade Protetora da Instrução Popular e futuros professores do Liceu de Artes e Ofícios.

O Liceu de Artes e Ofícios, inaugurado em 3 de fevereiro de 1884, seguindo a instrução pública como referencial pedagógico, iniciou as matrículas com o apoio, também, do governo imperial, o que significava dizer que o projeto poderia alçar voos maiores. Compunham seu quadro docente:

²⁷ Carlos Leôncio da Silva Carvalho foi um advogado, professor e político brasileiro. Por meio do Decreto de 19 de abril de 1879, reformou a instrução pública primária e secundária no Município da Corte e o ensino superior em todo o Império, este deu origem aos Pareceres/Projetos de Rui Barbosa intitulados Reforma do Ensino Secundário e Superior (1882) e Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública (1883). Nesse Decreto autorizava o governo a criar ou auxiliar, nas províncias, cursos para o ensino primário, permitindo que os escravizados frequentassem as escolas. Buscava também estimular a alfabetização dos adultos, exigindo a leitura e escrita, dando preferência para obtenção de empregos nas oficinas do Estado aos indivíduos que cursaram a instrução primária (Fonte: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/carlos-leoncio-de-carvalho>).

Intelectuais de diversas áreas [...], entre médicos, bacharéis, professores e engenheiros. [...] dos nomes mais expressivos estava o do médico e também diretor João Domingos Dias Cabral (1834-1885). [...] Considerado como grande entusiasta de uma formação escolar prática para a educação do povo (Moura, 2015, p. 76).

O diretor da Escola faleceu de forma precoce em 1885, sendo logo cogitado alguns nomes durante a reunião da Sociedade Protetora da Instrução Popular. A escolha foi publicada no jornal *O Lincon* (1885): o farmacêutico Antônio José Duarte²⁸, o qual permaneceu no cargo de diretor perpétuo da instituição até seu fechamento no ano de 1892, sendo bem-visto e acolhido pelo corpo docente e alunos.

Enquanto na Escola Central tinha um número menor de alunos em relação ao Liceu Alagoano, era dito nos relatórios dos presidentes da província, que não havia identificação a respeito da separação entre crianças e adultos, sendo a “[...] quantidade de alunos menores de 18 anos era superior aos demais [...]” (Moura, 2015, p. 79).

A pesquisadora Rosilda Moura (2015, p. 79) apresenta dois pontos importantes em relação à quantidade de matriculados durante os anos de 1884, 1887 e 1889 e em relação as demais instituições de ensino já citadas: a “crescente participação feminina na instituição, quase se igualando a masculina no final dos anos 1880”.

Outro ponto importante a ser citado era se havia uma disputa entre a Escola Central e o Liceu. A Escola Central realizava exposições para divulgação do trabalho produzido em suas oficinas e o Liceu realizava também exposições dos trabalhos realizados e procurava recompensar seus estudantes por meio de prêmios²⁹, sejam de iniciativa da escola ou mesmo da sociedade. Essa era a maneira de mostrar sua parcela de colaboração para o progresso do país.

Durante o funcionamento do Liceu, a instituição de ensino ofertou várias disciplinas em seu quadro, sendo as mais procuradas as das áreas das humanidades e aritmética. Segundo pesquisas, Rosilda Germano da Silva Moura (2015), mediante o Relatório do Liceu do ano de 1885³⁰, por meio de representação de demonstrativo de matrícula e frequência, eu reproduzi a tabela abaixo de maneira parcial com algumas disciplinas, sendo a completa encontrada na pesquisa de mestrado da autora.

Quadro 5 – Demonstrativo de matrícula e frequência

Aulas	Matrícula	Frequência
Português	125	59

²⁸ Foi responsável pela orientação a respeito de doenças epidêmicas que assolavam em Maceió, a exemplo do cólera, de como a população poderia se prevenir da doença.

²⁹ Os prêmios eram concedidos por meio de dinheiro, ou algum tipo de bem, a exemplo de medalhas. Essa era a maneira de manter os alunos motivados, como reconhecimento de seu empenho nas aulas.

³⁰ Arquivo Público de Alagoas, Relatório do Liceu de Artes e Ofícios, nº 1 de 1885.

Aritmética	80	41
Inglês	22	12
Francês	42	21
Geografia	30	25

Fonte: Moura (2015, p. 81-82)

Também havia as disciplinas em áreas técnicas como: mecânica, música, estética, desenho geométrico, botânica, direito criminal e direito comercial, totalizando um geral de 64 disciplinas.

Já a pesquisadora e autora Monica Louise (2011), em sua dissertação *A escolarização de negros: particularidades históricas de Alagoas (1840-1890)*, aponta para a descrição das disciplinas ofertadas em seu quadro no ano de 1891 com matrículas de 128 alunos, sendo 46 internos e 82 externos. A mesma descreve quais as disciplinas que eram de educação artística, prática em geometria, ensino de desenho, ensino teórico – prático de artes e ofícios, noções práticas de química, física e botânica, com aplicação em artefatos fabris. Também haviam as oficinas de malas, calçados e marcenaria.

Identificamos o próprio Francisco Domingues da Silva ministrando aulas de ciências – mencionado no *Almanaque do Estado* (1891); os professores da escola eram auxiliares no ensino literário, os quais citamos: Cícero Tavares Wanderley do Rego, Illydio da Silva Braga, Francisco Domingues Junior, Philemon da Silva Jucá e Pedro Nolasco, este último sendo professor de tipografia.

Em levantamento do quadro de professores/mestres das oficinas, a autora aponta para a construção de um quadro descritivo baseado na publicação no jornal *A União*³¹ (1888).

Quadro 6 – Professores e mestres das oficinas

Oficinas	Mestres
Tipografia	Pedro Nolasco Maciel
Alfaiataria	José Antonio de Araujo e Silva
Marcenaria	Manoel Antonio Tavares
Tornearia	Manoel Leite
Sapataria	Manoel Praxedes
Bahuleiro	Norberto
Colcheiro	Manoel do Carmo
Cesteiro	João das Neves
Tamanqueiro	Francisco

Fonte: Santos (2011).

Não temos como identificar se algum dos professores/mestres eram pessoas negras (pretos e pardos), uma vez que a causa abolicionista sempre esteve atrelada ao ensino da Escola Central. Contudo, podemos supor que no caso de Norberto e Francisco, possivelmente,

³¹ Jornal *A União*, de 4 de junho de 1888 – Acervo Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=812447&pagfis=4>

podariam ser pessoas negras os quais prestaram seus saberes à instituição.

A República chega ao Estado de Alagoas, trazendo novos questionamentos “acerca das discussões da junção do LAO/AL³², da Escola Central e do Colégio Orfanológico de Marechal Deodoro” (Moura, 2015, p. 92). As duas primeiras instituições tinham como iniciativa o amparo à população mais pobre e desfavorecida. “dos três que seriam fusionados, o único estabelecimento que tinha pouca utilidade e nem se prestava aos serviços necessários à sociedade alagoana: o Liceu de Artes e Ofícios” (Moura, 2015, p. 93). A alternativa seria serem integradas ao sistema público de educação, onde para o governo o importante seria a redução de gastos. Segundo publicação no jornal *O Orbe*, de 29 de janeiro de 1890:

[...] o facto do Lyceu funcionar em prédio próprio de cujo aluguel paga-se um conto de reis, é um verdadeiro desperdício, porquanto sempre foi opinião do dr. Dias Cabral que funcionasse no lyceu provincial, onde porto dos os motivos estaria melhor. O lyceum de artes e officios tem empregos desnecessários, como o de escripturario, lugar cujo único fim e ter emprego um parente do director daquelle estabelecimento e vence mais de quinhentos mil reis. As suas funções podiam ser exercidas pelo zelador, lugar por sua vez sem necessidade, o qual verdadeiramente incube ao porteiro. A subvenção a esse estabelecimento consome-se quasi em empregados, transformando-se n'uma repartição sem arrecadação, uma casa de palestra todas as noites. Se a questão e de aulas nocturnas nem temos muitas e nenhuma custa tão caro! E' preciso exonerar os cofres públicos de certos compromissos oriundos dos arranjos da monarchia. Consta que a patriotic commissão de orçamento tem feito importantes reduções, com certeza o Lyceu de Artes e Officios está incluído (Moura, 2015, p. 93).

Rosilda Germano da Silva Moura nos apresenta a realidade a respeito das instituições de ensino apontadas durante a construção desta narrativa, em ambas possuindo propósitos de amparar a sociedade mais desfavorecida, da qual estão inseridas as pessoas negras, agora não estavam mais presas às correntes do escravismo, mas continuaram sendo excluídas da sociedade.

Concordamos com a autora que a história do Liceu é considerada como “fonte de modernidade, progresso e conhecimento, [...] que seria capaz de sanar todo o atraso causado pela ignorância” (Moura, 2015, p. 85) enquanto a Escola Central seria a representação da luta pela liberdade e igualdade da população negra de Maceió-AL por meio da instrução educacional e ofício.

3.2 Particularidades da Escola Central

A Escola Central procurou, desde sua constituição, construir uma Sociedade Libertadora Alagoana e lutar contra a opressão das pessoas negras, utilizando-se do ensino de ofício. As transformações foram decorrentes dos desafios, principalmente financeiros, o fator

³² LAO/AL – Liceu de Artes e Ofícios de Alagoas (nomenclatura utilizada pela autora).

para a não continuidade do processo escravocrata e o apoio irrestrito à abolição.

O papel mais importante é o do professor e diretor da escola, Domingos Fernandes da Silva, junto a uma parcela da população instruída de Alagoas, que, segundo Monica Louise Santos (2015, p. 62) tinha como pensamento:

[...] apesar da escolarização para os cativos não ter o intuito de melhorar sua condição social, por meio do acesso das letras conseguiram ter uma vida melhor, [...]. Afirmam Gondra e Shueler (2008) que a habilidade da leitura e da escrita era exibida pelos cativos e pelos libertos com orgulho, [...], saber que ler e escrever podia, [...], fazer parte de um sonho de liberdade para muitos negros da sociedade escravista do século XIX.

Antes da Escola Central, a escolarização das letras para as pessoas negras pode ser observada nos relatos das manifestações festivas que a Escola Central junto com a Sociedade Libertadora realizava quando da compra da liberdade de cativos. No discurso da escravizada Luiza, percebe-se a felicidade de sua alforria por meio da Sociedade Libertadora Alagoana, em 7 de setembro de 1881³³. Luiza era alfabetizada, mas é apontado que “[...]. Não sabemos por qual processo a liberta [...] conseguiu ter acesso as letras” (Santos, 2011, p. 66).

Meus ilustres benfeitores.

As duas grandes festas de que sois hoje os benemeritos promotores, – a festa nacional de um povo que comemora o facto glorioso de sua independencia, e de outra, ainda mais sublime, a festa universal, mesmo divina, da emancipação dos que gemem no cativeiro – são corôas imnarcessiveis que surgem neste momento solemne vossa veneranda frente de patriotas e libertadores. Deante da gloria que vos circumda, não ha inveja as victorias e os sceptros dos Reis, porque mais nobres que as hecatombes das batalhas são os esforços que empregantes, para conquista-la.

Aos desventurados que vagam sem patria, sem familia, sem pouso pelo universo vós dignissimos senhores, sois o oáses que assoma no deserto da sua escravidão. Salve a vós, benemeritos romeiros do futuro extremados propagadores da liberdade.

Esta cujo pulsos quebrastes agora, e para sempre as cadeias da escravidão, jamais deixará de rogar á Providencia para que vos dê novas victorias, e mais orgulhe de possuir taes filhos a Patria, que honraraes com vosso nome (Silva, 1937, p. 69).

A hipótese da qual concordamos com a autora em seu texto seria o aprendizado por meio de seus senhores, uma vez que tal prática seria comum para o período, seguindo a refletir que essa prática poderia ser também utilizada em outras províncias do país.

Necessário pontuarmos a contribuição de ambas as autoras alagoanas em suas dissertações para a construção da trajetória da educação na Província/Estado, seus desafios e lutas diante o abismo social para as populações negras, libertas ou não.

Ao final da seção podemos considerar se os questionamentos apresentados inicialmente foram respondidos no transcórre do mesmo. Sabemos que diante da complexidade

³³ Registro presente na publicação de Jose Avelino Silva (*O abolicionismo em Alagoas*), na *Revista do Instituto Histórico de Alagoas*, 1937, p. 69.

do tema podem surgir novos, mas não é a proposta da pesquisa em questão. Na seção seguinte veremos outro cenário educacional para negros, agora no período Getulista.

4 A EDUCAÇÃO DURANTE A ERA VARGAS: O ABISMO EDUCACIONAL PARA A POPULAÇÃO NEGRA (1930 A 1945)

Esta seção vai tratar do processo educacional no período de Getúlio Vargas, entre 1930/45. A análise se concentra sobre as práticas educacionais e haverá menções ao seu governo, mas não é o foco principal da pesquisa.

Pensar a educação para as pessoas negras durante o período da chamada Primeira República é criar o questionamento que vem desde o fim do Império até 1930³⁴:

Figura 10 – Presidentes da Primeira República : 1891 a 1930



Fonte: Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/republica-velha.>)

A intervenção de Getúlio Vargas, com a implementação de forma cronológica de seu governo, foi dividido em três partes: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945)³⁵. Ele assume o governo e procura a implementação de uma nova forma de educação, que mesmo com algumas mudanças, não podemos apontar

³⁴ Segundo o *site* do Senado da República na Primeira República ou República Velha (1899 a 1930), totalizando 12 presidentes, salientando que Nilo Peçanha foi o único presidente negro do qual temos registro, o que caberia um estudo a parte para compreender seu papel durante seu governo como também seus planos para a educação para com pessoas negras.

³⁵ O mesmo é abordado pelo autor no capítulo 4 de seu livro na página 97. Educando o Brasil.

que a prioridade era de contemplar diretamente a população negra ou indígena: “O movimento da educação pública cresceu com base nesse novo consenso de que a degeneração era adquirida e podia ser mitigada” (Dávilla, 2006, p. 60). O autor ainda aponta que:

A estátua do ‘Homem Brasileiro’ deveria completar a alegoria mostrando que a educação pública tornaria os brasileiros brancos e fortes, dignos de seu brilhante futuro.

[...]

Oliveira Vianna³⁶, Roquette Pinto³⁷ e Rocha Vaz³⁸, assim como a comunidade científica, científico-social e médica como um todo, confiavam no futuro branco do país e no papel da educação e da saúde pública em sua criação.

[...]

[...], a elite do Brasil projetou imagens idealizadas da brancura e da europeidade da nação durante gerações. O que é surpreendente é a determinação inabalável desses cientistas em usar o advérbio ‘ainda’ para descrever a composição racial do Brasil.

[...]

[...]. A responsabilidade pela conquista da brancura cabia ao ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema³⁹. A estátua do ‘Homem Brasileiro’ que nunca foi completada, permaneceu como testamento e tributo à obra e cientistas no cumprimento do destino racial no Brasil (Dávilla, 2006, p. 48; 50-52).

As narrativas acima dizem respeito à educação brasileira, a qual se remeteria à criação da imagem do chamado homem brasileiro. Qual seria essa imagem, que para chegar a esse ideal perpassava pelo processo de branqueamento da população? Sobre a questão do branqueamento e eugenia abordo posteriormente.

A Construção para esta seção será baseada no livro *Diploma de brancura – política social e racial no Brasil de 1917-1942*, de Jerry Dávila (2005) e nos documentos arquivados no CPDOC.⁴⁰

A Primeira República, em primeiro momento, mantém os modelos educacionais da Escola Central e do Liceu de Artes e Ofícios, utilizados durante o final do Império. Procuo manter o recorte da educação, no período do governo Vargas, e como esse processo foi

³⁶ Francisco José de Oliveira Viana, sociólogo e jurista, nasceu na localidade fluminense do Rio Seco de Saquarema, em 20 de junho de 1883, e faleceu em Niterói-RJ, em 28 de março de 1951 (Fonte: <https://www.academia.org.br/academicos/oliveira-viana/biografia>).

³⁷ Edgar Roquette-Pinto, médico legista, professor, antropólogo, etnólogo e ensaísta. Nasceu no Rio de Janeiro-RJ, em 25 de setembro de 1884, e faleceu na mesma cidade em 18 de outubro de 1954 (Fonte: <https://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D198/biografia>).

³⁸ Rocha Vaz nasceu em 1º de julho de 1881, em São Pedro de Alcântara-MG. Fez seus estudos primários em Barbacena e Ouro Preto, mudando-se em seguida para o Rio de Janeiro, onde formou-se, em 1903, pela Faculdade de Medicina, e faleceu no Rio de Janeiro, em 24 de junho de 1964 (Fonte: <http://expagcrj.rio.rj.gov.br/rocha-vaz-juvenil-da/>).

³⁹ Gustavo Capanema foi um político e intelectual brasileiro e monta, nos anos 1930 e 40, uma base importante do Governo Vargas, uma forte liderança dentro do Estado Novo, particularmente quanto à ideiação e implementação do projeto cultural Estadonovista (Fonte: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/31148/1/2022_JoaoVitorMotaMartins_tcc.pdf).

⁴⁰ O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) nasceu em 1973, com o objetivo de abrigar e produzir fontes documentais relevantes para a história do país (Fonte: <https://cpdoc.fgv.br.>).

estruturado.

O foco de Dávilla fica mais centralizado na então capital do governo brasileiro, o Rio de Janeiro, onde acontece a maior parte das mudanças na questão da educação pública. Neste sentido, aponto o trabalho do MES⁴¹:

[...] o verdadeiro centro da reforma escolar nas décadas de 1930 e 1940 continuou entre os educadores, médicos e cientistas sociais ativos em diversas áreas do movimento eugenista e na educação pública, que revezavam em cargos no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e Salvador (Dávilla, 2006, p. 64).

A citação aponta para estados da região Nordeste, como Pernambuco e Bahia, e dessa forma acreditamos que também tenha havido sim, mesmo que de forma posterior, influência na educação de Maceió e Alagoas, apesar de não se ter acessos a tais informações. Há ausência de documentos dos quais pudessem ser utilizados para uma análise de forma comparativa da realidade do nosso Estado.

Arthur Ramos⁴² utiliza-se das escolas públicas do Rio de Janeiro para a prática de “seus estudos de caso sobre aspectos culturais do aperfeiçoamento da raça” (Dávilla, 2006, p. 70). Em seguida, por meio de publicação panfletária, em 1934, aos pais de alunos, expõe: “a psicologia infantil com o que era percebido como o aperfeiçoamento cultural da população afro-brasileira”. Ramos explica essa colocação da seguinte forma:

É o complexo da inferioridade racial que tanto tem atravancado a obra do nosso progresso [...] Para a antropologia física, não há raças superiores nem inferiores. [...]. E não podemos aceitar a maldição que sobre nós lançou o cientificismo apressado de Bryce, quando prognosticou a negralização da nossa raça. Esse complexo coletivo de inferioridade deve desaparecer. Não há raças superiores ou inferiores. Há sim, grupos sociais avançados ou atrasados em cultura (Dávilla, 2006, p. 74).

A citação evidencia que a raça⁴³ está dividida em superior (branca) e inferior (negra ou indígena), e que tem que desaparecer para que o país possa entrar em uma nova era de desenvolvimento político, econômico e social. Para isso, o plano de governo seria o de implementação de mão de obra de profissionais, caso que não vai ocorrer, já que a tendência desse abismo social é somente aumentar cada vez mais.

[...] nutricionistas, higienistas, psicólogos e professores ligados ao sistema escolar [...]

⁴¹ Ministério da Educação e Saúde, criado na Revolução de 1930 (nota do autor, p. 64).

⁴² Arthur Ramos (1903-1949) foi um dos principais antropólogos brasileiros do século XX, tendo sido um dos principais agentes na institucionalização das ciências sociais no Brasil (Fonte: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42068>).

⁴³ O conceito de "raça" pretendeu ser uma classificação de grupos ou certo tipo de seres humanos com uma origem comum. Durante o Renascimento e até ao século XIX, o termo "raça" dizia, sobretudo, respeito a características dos seres humanos que indicavam uma ascendência comum e até mesmo como sinônimo de nação. (Fonte: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$raca](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$raca)).

que a raiz dos problemas da nação não estava nas crianças, e remediar esses males sociais significava utilizar crianças para ensinar a sociedade.
[...] - definir uma deficiência cultural ou comportamental como ligada a uma população definida por classe ou cor, e tratá-la por meio de políticas públicas [...] (Dávilla, 2006, p. 80).

Os profissionais ligados ao plano estariam colocando em prática o projeto de eugenia, com foco na “questão racial” que o autor aponta. Apoiados por profissionais de várias áreas, professores e pais que, de forma coletiva, idealizaram a construção do Homem Brasileiro. Os eugenistas, por sua vez, e através da rede pública colocaram em prática: “pela primeira vez, aprendendo e executando os programas para aperfeiçoar a raça” (Dávilla, 2006, p. 92).”

Desses primeiros estudos, mais uma vez apontamos o que viria ser o critério da separação e classificação de raça. Discordamos do pensamento da época, mas de acordo com o autor:

[...]alunos brancos, ricos, eram mais qualificados e isso podia ser mensurado. Nos casos em que um teste revelava o oposto, [...]. Em outras palavras, crianças mais pobres ou mais negras eram deficientes [...]. [...], a subclasse permanecia deficiente mesmo que os testes não os mostrassem. As pesquisas quantificavam e qualificavam indutivamente impressões sobre raça e classe em vez de observações registradas sobre condições sociais reveladas nas escolas (Dávilla, 2006, p. 92).

Aqui cabe um apontamento em específico: nosso país se encontrava em um intervalo entre a I Guerra Mundial (1914-1918) e a II Guerra Mundial (1939-1945). Na década de 1930, iniciava-se o governo Vargas. Estados que tivessem sua população majoritariamente negra não estariam qualificados para o acesso à política, a não ser que negasse a própria origem para ser aceito numa sociedade que pretendia se aprimorar erradicando o pensamento e a cultura dos povos oriundos da miscigenação (negros e indígenas) por serem considerados pela elite política e branca como: “inferiores e atrasados” (Dávilla, 2006, p. 91) para contribuição do crescimento da nação?

Por meio do relatório emitido em 1946 por Mário Augusto Teixeira de Freitas⁴⁴, diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no nível de educação da geração nascida em 1922, é apontado a seguinte narrativa:

De toda uma geração que começou a assumir suas responsabilidades sociais, apenas 133.361, ou 17 por cento dos sobreviventes, pode ser considerada educada (tendo completado o terceiro ano) – mesmo que em baixo grau. E destes, não mais que um quarto (4 por cento do total recebeu educação intermediária (Dávilla, 2006, p. 95).

Para o pesquisador esse resultado era preocupante, uma vez que esse “ano marcou o

⁴⁴ Mário Augusto Teixeira de Freitas, advogado e estatístico baiano (1890-1952). Veio para o Rio de Janeiro em 1930 a convite do governo provisório instaurado após o Movimento, para trabalhar na organização do recém-criado Ministério da Educação e Saúde. Esteve diretamente envolvido na criação do Instituto Nacional de Estatística, em 1934, órgão que posteriormente ganhou o nome de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (Fonte: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/MATFreitas.html>.)

centenário da independência brasileira. Freitas uso a geração de 1922 como símbolo do progresso da nação” (Dávilla, 2006, p. 95). Mesmo com os avanços na educação, ainda era preocupante para a formação de um país considerado como degenerado, devido às populações negras/indígenas ou por conta das chamadas questões raciais.

O ensino público no governo Vargas teve como referencial o plano de embranquecimento, tendo sempre como foco a raça vista como barreira para o desenvolvimento humano nacional. Mais uma vez apontamos o abismo social que deveria ser extinto:

Primeiro, ele moldou o novo nacionalismo, que defrontou com um vácuo conceptível de organizações sociais deixadas pela abolição da escravatura, e forneceu a percepção da degeneração social com a qual os nacionalistas reagiram. Segundo, [...], o estudo da raça por meio de estatísticas emergiu como um empenho analítico em si mesmo (Dávilla, 2006, p. 99).

O nacionalismo⁴⁵ vai perdurar durante todo o período de Vargas, como também, o debate a respeito da Constituição de 1934, que, em seus artigos salienta a prática da eugenia, em todos os estabelecimentos (Art. 138 menção a Eugênia – tópico B):

Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte

Art 138 – Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
- b) estimular a educação eugênica;
- c) amparar a maternidade e a infância;
- d) socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
- f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
- g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.

(Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10617640/artigo-138-da-constituicao-federal-d-e-16-de-julho-de-1934>).

Podemos afirmar que Maceió, como outros municípios em Alagoas, acabaram adotando as práticas abordadas na Constituição Federal como forma de continuar fazendo parte, mesmo que tímida, do plano do Governo Federal. Mas haveria os investimentos necessários para a implementação desse plano em nossa cidade, com sua população de maioria negra ou

⁴⁵ O nacionalismo é uma ideologia política, uma corrente de pensamento que valoriza todas as características de uma nação. Uma das formas pelas quais o nacionalismo se expressa é por meio do patriotismo, que envolve a utilização dos símbolos nacionais, da bandeira, de cantar o hino nacional etc. (Fonte: <https://www.politize.com.br/nacionalismo/#:~:text=O%20nacionalismo%20é%20uma%20ideologia,cantar%20o%20hino%20nacional%2C%20etc.>)

parda?

No contexto de expansão nacional, coube aos estados e municípios a responsabilidade sobre nossa educação pública. Com algum benefício para o governo:

[...] caracterizou-se por uma considerável variação em investimentos do regime Vargas e o nacionalismo dos principais educadores, assim como a centralização gradual dos programas de saúde pública e higiene, a natureza descentralizada da educação pública continua sendo surpreendente (Dávilla, 2006, p. 115).

As causas do analfabetismo e a falta de educação estariam atreladas às questões migratórias que: “afetavam algumas partes do país, algumas classes sociais e alguns grupos raciais mais do que outros” (Dávilla, 2006, p. 115), mas não seria esse tipo de educação para as classes mais baixas, que beneficiaria a educação para a elite, em questões como saúde pública. Seu funcionamento descentralizado remeteria ao ensino e aos materiais de suporte para o processo de aprendizagem, salientando que ainda seria de acordo com a educação eugênica, com abordagens diferentes de acordo com cada região do país:

Essas diferenças se aplicavam não apenas aos padrões de contratação e taxas de alfabetização, mas também aos programas, à pedagogia, ao treinamento de professores e ao investimento público.

[...]. [...]. As abordagens de aprendizagem são diferentes.

Os livros são diferentes e geralmente contêm descrições estritamente regionais exaltando as façanhas dos brasileiros daquela região (Dávilla, 2006, p. 117).

Podemos entender, portanto, que os programas de investimento das regiões, Sul-Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) seriam maiores com uma consequente e possível diminuição no grau de analfabetismo, o que seria o contrário na região Norte e Nordeste em que a: “baixa taxa de alfabetização era sintomática das maiores limitações da educação pública [...]”, regiões essas com grande parte de população negra e indígena (Dávilla, 2006, p. 117).

Jerry Dávilla apresenta em seu livro *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil - 1917-1945*, p. 119, cap. 2), a relação quanto aos compromissos financeiros, a alta taxa de analfabetismo na região Nordeste, assim como os baixos investimentos e compromissos com a educação pública. Este é um dos poucos registros que temos a respeito da população de Alagoas. O que será reproduzido será somente referente aos Estados da Região Norte e Nordeste, uma vez que todos os demais estados, no ano de “1935 apresentavam taxa de frequência superior a 50% estavam concentrados no Sul e Sudeste do Brasil”.

Segue quadro com as regiões Norte e Nordeste:

Quadro 7 – Estimativa de alfabetismo nas regiões Norte e Nordeste 1935⁴⁶

Estado	População total	População 7-12 anos	Crianças 7-12 anos na escola	(%) de crianças entre 7-12 anos na escola
Amazonas	419.675	70.124	33.783	53,50
Pará	1.505.580	251.569	71.526	28,40
Rio G. do Norte	756.000	126.321	34.350	27,20
Ceará	1590.665	265.786	62.084	23,40
Sergipe	522.581	87.473	19.615	22,40
Pernambuco	2.894.865	483.706	106.724	22,10
Alagoas	1.157.385	193.389	40.372	20,09
Território do Acre	110.279	18.581	3.654	19,70
Piauí	815.904	136.330	23.916	17,5
Bahia	4.055.338	977.610	101.583	15,00
Maranhão	1.140.685	190.598	26.675	14,00
Total	13.463.377	3.201.487	524.282	23,93

Em relação aos demais estados da região Norte e Nordeste, Alagoas possui um percentual de 20,09%.

O que questionamos é: quais os grupos que eram amparados e se os mesmos incluíam os negros e indígenas? O autor aponta que em 1940, a taxa de alfabetização, diante das linhas raciais entre o Rio Grande do Norte e Bahia, seria de “[...] três vezes mais brancos do que pretos entre os alfabetizados” (Dávilla, 2006, p. 122).

Conforme a análise de Dávilla, concordamos com a citação abaixo e qual seria a forma que durante o governo poderia sobrepor essa deficiência: “A disparidade entre Norte e Sul em termo de alfabetização e frequência revela outra disparidade na educação: a diferença entre o ensino urbano e o rural” (Dávilla, 2006, p. 116).

O acesso às comunidades distantes das áreas industriais ou de comércio implicava na deficiência para uma educação nos interiores, também de Alagoas, fazendo com que muitos tivessem que migrar, não somente para a capital do estado como para outros centros urbanos mais desenvolvidos, como o próprio Rio de Janeiro.

Para entendermos o processo, temos que retroceder ao período que Anísio Teixeira⁴⁷ esteve à frente do projeto de educação do MES (1931 a 1935) com a ampliação de reformas educacionais, no Rio de Janeiro, o qual aponta como “nacionalismo eugênico:

⁴⁶ “População geral e em idade escolar 1935” Seção de Documentos e Intercâmbio, Inep, 1939. Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC, 35.12.14g., Inep, “Ensino Primário geral, organização escolar e movimento das unidades federativas em 1944”. Coleção Freitas, AN, AP 48, Caixa 19, Pasta 36 (Grifos do autor).

⁴⁷ Anísio Spínola Teixeira foi um jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro. Personagem central na história da educação no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, durante auge do debate sobre a universalização da escola pública, laica, gratuita e obrigatória com a defesa de uma educação construtivista, que pensava os alunos como agentes transformadores da sociedade.

[...] a reforma se expandiu rapidamente o número de escolas, levando programas de saúde e educação para os subúrbios e atacando o núcleo das reconhecidas deficiências da nação – o estado de degeneração e a inadequação eugênica e moral que se acumulou entre os pobres das periferias das cidades (Dávilla, 2006, p. 199).

Esse processo pode ser descrito como a separação da população considerada como “deficiente” dentro da política educacional eugênica. Podemos afirmar que houve a separação do ensino para as duas esferas de classes encontradas em todas as regiões do país, inclusive em Alagoas. Um dos impasses encontrados por Teixeira se deu quando houve o retorno da Igreja Católica e dos militares conservadores. Todo esse movimento ocasionou a saída de Teixeira do ministério e a entrada de Capanema, provocando certas alterações ao processo educacional:

Em 1935, os adversários de Teixeira ganharam força política para expulsá-lo, com muitos de seus auxiliares, do sistema escolar. Mas a sucessão de religiosos e oficiais militares conservadores que vieram a dirigir o sistema escolar na década seguinte continuou a executar o esquema de reformas de Teixeira e, o fizeram com surpreendentemente poucas alterações, além de introduzir a educação religiosa (Dávilla, 2006, p. 230).

Por meio desta citação registramos a modificação no ensino educacional público nas primeiras décadas do século XX, apontando para as questões que se mantêm a qual “se formou a base em paradigmas raciais, nacionalistas e científicos, no início do século [...]” (Dávilla, 2006, p. 200).

O mesmo aconteceu dentro do movimento da Escola Nova⁴⁸, onde a população pobre (não branca) do Rio de Janeiro foi realocada do Centro para o Norte e Oeste da cidade. Segundo o autor, “a chegada dos paradigmas educacionais da Escola Nova e a saída da população residencial do centro, empurra [a população] para os subúrbios do norte e oeste” (Dávilla, 2006, p. 200).

Apontamos como um dos pontos mais discutidos dentro do período do Estado Novo, a educação que seria vista como forma do trabalho coletivo para aprendizagem, os alunos aprenderiam uns com os outros, mas a realidade para a população pobre seria o inverso, tal projeto não teria resultados alcançados, a não ser o ensino direcionado aos filhos das elites, ficando a cargo da escola pública o ensino técnico, como a exemplo dos Liceus, durante o Império e também pela Escola Central, em Maceió.

O projeto educacional do Estado Novo nos leva a um debate constante a respeito dessa educação eugênica, hierárquica, com embasamento científico para compreender a raça como fator determinante para o desenvolvimento da nação.

Visões de raça higiênicas, sociológicas e psicológicas, uma visão estatística do mundo

⁴⁸ O movimento da Escola Nova teve início, no Brasil, durante a década de 1920. Teve como meta: eliminar o ensino tradicional que mantinha fins puramente individualistas, pois buscava princípios da ação, solidariedade e cooperação social. (Fonte: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/gestao-educacional/escola-nova.htm>).

e racionalismo científico combinaram-se para criando um sistema de ensino público dirigido de cima para baixo segundo paradigmas modernos. Esses valores combinavam uma origem comum em discussões sobre a ideologia racial e identidade nacional com um senso comum europeu e norte-americano de tecnicismo; tudo isso se somava e atuava conjuntamente com bastante facilidade no sistema escolar (Dávilla, 2006, p. 237).

Iniciam-se, então, os testes ABC⁴⁹ como indicador de medição do processo cognitivo das crianças, como também os testes de Q.I.⁵⁰ para avaliar a compreensão de crianças em jovem idade “em geral com seis ou sete anos [...], e submetidas a um programa acelerado [...]” (Dávilla, 2006, p. 230), do seu entendimento dos conteúdos apresentados nas grades das escolas públicas.

Veremos a separação por meio de “atribuição de privilégios intelectuais a alguns e aplicando os rótulos distróficos de doente, rebelde, não inteligente e imaturo a outros” (Dávilla, 2006, p. 222), dessa forma mesmo com o ideal de uma educação progressista os professores os separavam por critérios sociais, econômicos e culturais, baseando-se sempre na questão de institucionalização de classe e raça.

Não podemos deixar de citar que tal modelo era baseado em práticas americanas e europeias, implementado pelos militares do governo do Rio de Janeiro no controle de instituições educacionais. Daí, nossa reflexão: “[...]. O Estado Novo foi um ponto de mudança na história brasileira?” (Dávilla, 2006, p. 245). Apontado como um fator importante para uma maior visibilidade às mudanças educacionais, observa-se que o meio continuaria excludente, com o andamento do processo de branqueamento pelo ideal já citado do “homem brasileiro”.

No intuito de manter as formas de controle juvenis, foram implementadas práticas cívicas de cantar em datas comemorativas, fazendo parte de um calendário nacionalista, os hinos nacionais “forjaram uma das mais imediatas imagens do autoritarismo e protofascismo do Estado Novo” (Dávilla, 2006, p. 245). Vejamos no Quadro 8 as datas do calendário nacionalista:

Quadro 8 – Calendário nacionalista do Estado Novo

Data / Mês	Comemoração
05 de Setembro	Dia da Raça
07 de Setembro	Dia da Independência
15 de Novembro	Dia da Proclamação da República
10 de Novembro	Dia do Estado Novo

Fonte: Dávilla (2006).

A prática de canto seria implementada em todas as escolas do país a partir de 1932,

⁴⁹ Refletia distinções de classe, servia como espinha dorsal não só do sistema de avaliação que segregava os escolares da cidade mas também de extensos (texto do autor, p. 222).

⁵⁰ Q.I. é uma medida, um número que expressa a capacidade intelectual de um indivíduo com base em critérios de referência e comparações, estabelecendo uma relação entre sua idade mental e cronológica. (fonte: [https://mundoeducacao.uol.com.br/psicologia/qi.htm#:~:text=QI%20\(Quociente%20de%20Inteligência\)%20é,sua%20idade%20mental%20e%20cronológica.](https://mundoeducacao.uol.com.br/psicologia/qi.htm#:~:text=QI%20(Quociente%20de%20Inteligência)%20é,sua%20idade%20mental%20e%20cronológica.))

salientando que cada região adotaria suas próprias datas comemorativas, desde que as mesmas estivessem em acordo com o calendário nacionalista. Para este trabalho foi chamado o músico Villa Lobos⁵¹, o qual implementou o programa e foi autor de hinos nacionalistas como: Hino do Sol do Brasil, Brasil Unido, Soldadinhos e Saudação a Getúlio Vargas.

A proposta de Villa-Lobos com o programa de canto foi de um agente formador de socialização:

Como seu enorme poder de coesão, criando um poderoso organismo coletivo, ele integra o coletivo no patrimônio cultural da Pátria. Canções e práticas nacionalistas eram vistas como meio de disciplina cultural. [...] explicou Villa-Lobos, “em arte, não há liberdade alguma sem o controle estrito e severo da consciência, da capacidade de distinguir o certo do errado (Dávilla, 2006, p. 237).

Percebemos, com a citação acima, que controle era uma forma da exclusão da liberdade; somente uma cultura poderia ser inserida e praticada enquanto as demais ficariam à margem da sociedade. Portanto, entendemos que “qualquer tentativa de definir e implantar uma cultura musical era cheia de implementações raciais” (Dávilla, 2006, p. 248-249).

Uma cultura branca que serviria para afastar e controlar o pensamento e identidade negra. De acordo Dávilla (2006, p. 237):

Villa-Lobos contrapunha a brancura – definida pelo progresso, pela beleza e pela virtude – à negritude, que personificava a rebelião, os maus hábitos e os problemas de hereditariedade. Seu programa musical era uma alegoria educacional, disciplinar e nacionalista da jornada que se afastava da negritude.

O negro era visto como a marginalização, a oposição ao controle e a “doença” que precisava ser erradicada ou mesmo “limpa” da história nacional, em que não haveria pertencente na construção de uma nova nação.

As origens das crianças em fase escolar eram renegadas. O que Villa-Lobos fez foi adotar em suas composições clássicas elementos da cultura negra e indígena, sendo este aspecto um capítulo da nossa história, que pode ser tratada futuramente, em outras pesquisas.

As ações educacionais partiriam do Rio de Janeiro para todo o país, mas os altos custos e o baixo retorno desencadearam na insatisfação popular, vinda, principalmente, da classe mais pobre e trabalhadora. Por seguir o *slogan* “Pai dos Pobres”, Vargas procurava sempre atender aos pedidos da população por meio de cartas escritas para seu gabinete, mas este também seria outro ponto a ser estudado.

⁵¹ Heitor Villa-Lobos (1887-1959) foi o mais importante e reconhecido maestro brasileiro. Além de maestro, foi compositor e sua figura teve grande importância no período do Modernismo no Brasil. Seu talento foi essencial para trazer à tona aspectos de uma música brasileira, com foco na cultura popular e regional. (Fonte: [https://www.todamateria.com.br/heitor-villa-lobos/#:~:text=Heitor%20Villa-Lobos%20\(1887-,na%20cultura%20popular%20e%20regional\).](https://www.todamateria.com.br/heitor-villa-lobos/#:~:text=Heitor%20Villa-Lobos%20(1887-,na%20cultura%20popular%20e%20regional).))

Em conclusão, a educação durante o período continuou excludente, mesmo com várias reformas, sendo que a Reforma Henrique Dodsworth (1944)⁵² redefine o ensino em dois estágios de três anos com:

O primeiro [...] “visará a educação integral das crianças”. Isso significava alfabetizar e desenvolver habilidades básicas, além da consciência nacionalista. O segundo [...] era pré-vocacional, fornecendo ‘a inicialização ao trabalho, adaptada às solicitações econômicas e sociais de cada região (Dávilla, 2006, p. 237).

Não mudou muito em relação ao ensino do final do século XIX: uma educação tecnicista voltada para o trabalho, ao que o mercado exigia. O negro e o indígena estariam inseridos nesse formato de ensino, uma vez que é apontado pelo autor que a ideia fosse a de mudança da mentalidade e a negação de ancestralidade. Para isso, iremos procurar explicar o processo do branqueamento, da eugenia, mesmo que de forma breve, e da mentalidade (por trás da educação) abraçada por Vargas.

4.1 Branqueamento, mentalidade e negação

Para a construção desta subseção procuramos abordar a leitura dos artigos elaborados por Karoliny Carvalho Gomes (*Política de branqueamento no Brasil – JurisBrasil*, 2023); Renan Rosa dos Santos (*As políticas de branqueamento (1888-1920): uma reflexão sobre o racismo estrutural brasileiro – In: Por dentro da África*, 2019) e Ana Carolina Falconeris (*Legislação brasileira: controle e embranquecimento do mercado de trabalho livre. In: Migrações em debate*, 2022).

O Brasil foi construído por meio de ocupação dos portugueses no século XVI, e durante os demais séculos foram inseridos personagens que viriam a fazer parte de nossa história. Darcy Ribeiro apresentou a teoria das três raças⁵³, sendo criado esse imaginário para a ideia de nação forte, única e livre, contudo, essa nunca foi a nossa realidade.

Para Karoliny Carvalho Gomes (2023, p. 3), o entendimento é simples, “[...] O conceito de branquitude como características da identidade racial do branco brasileiro, suas estratégias e mecanismos de preservação da situação discriminante”. Tem-se então, a mentalidade de uma raça superior que as demais, em que a mesma deve controlar e administrar

⁵² Foi a primeira reorganização substancial do ensino do Rio de Janeiro desde a Reforma Teixeira de Campos por mais de uma década (p. 269-270).

⁵³ A teoria das três raças baseia-se na divisão racial da sociedade brasileira em três categorias principais e defende que a miscigenação no Brasil é um símbolo de integração e harmonia. O mito da democracia racial e a teoria das três raças foram entrelaçados para dar sentido à construção de um Brasil moderno. (Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-brasil-varias-cores.htm#:~:text=grupos%20étnico-raciais,-,A%20teoria%20das%20três%20raças%20baseia%20a%20divisão%20racial%20da,construção%20de%20um%20Brasil%20moderno.>)

a vida das demais.

Dando continuidade a construção do raciocínio, temos a palavra de Renan Rosas dos Santos (2019, p. 2):

A análise da formação da sociedade brasileira, a partir do prisma da História, pode fornecer respostas para esse questionamento. Sem dúvida, uma das razões para o racismo estrutural brasileiro se trata dos séculos de exploração da mão-de-obra de africanos escravizados e de seus descendentes.

Em nenhum momento da nossa história temos a igualdade como conceito de construção, cabendo por mais de três séculos, o controle, humilhação e violência para com as pessoas negras/indígenas, escravizadas e posteriormente livres, até os dias atuais.

Já Ana Carolina Falconeri (2022, p. 2) se ampara na construção de 36 leis⁵⁴ “[...] entre elas nacionais e municipais, que contribuíram para esse processo de alijamento do afrodescendente”, para a proteção da comunidade negra.

Os artigos são embasados em questões científicas, jurídicas, sociais, econômicas e culturais, mas o que nos leva até os dias atuais é a mentalidade do branquear e mistificar os negros como exótico?

A resposta é simples, o racismo, sendo este estrutural e institucional, condicionou nossa sociedade a sempre negar a igualdade, sendo a cor da pele o maior referencial para qualificar quem deve estar na chamada “pirâmide social⁵⁵”.

Em termos jurídicos, a pessoa negra passou a ser livre, porém ainda assim, era excluída da sociedade brasileira, devido a ideologia de superioridade de raças. [...], o Brasil passou a acompanhar as mudanças em torno da abolição, bem como as novas teorias acerca da diferenciação entre pessoas negras (Gomes, 2003, p. 3).

Durante todo o processo de construção tivemos a miscigenação entre as diferentes etnias, da qual mesmo que fossem filhos de pais brancos seus descendentes ainda teriam seus direitos negados, por não serem considerados “puros”, mesmo que tivessem tal ascendência branca, estes sendo pais e mães brancos.

Mas em relação a Alagoas? Podemos nos colocar nesse parâmetro? A resposta é sim, uma vez que tendo a maioria da população composta de pessoas negras, do mesmo modo que nos demais estados do Nordeste, não está isenta da omissão do governo local e do Estado para a omissão ou exclusão do negro e do indígena. Nossa educação continua sendo baseada em um padrão arcaico do século XIX, importado da Europa e dos Estados Unidos, principalmente nas

⁵⁴ Ver artigo da autora nas referências.

⁵⁵ A pirâmide social é um modelo criado para representar a posição das classes sociais. Assim, as classes são organizadas na pirâmide de acordo com seu poder econômico e seu *status* social. Quanto mais alta for a posição do indivíduo, maiores serão seus recursos e suas condições de acesso aos bens materiais. (Fonte: <https://blog.stoodi.com.br/blog/sociologia/estratificacao-social/#:~:text=A%20pirâmide%20social%20é%20um,de%20acesso%20aos%20bens%20materiais.>)

primeiras décadas do século XX.

Renan Rosa dos Santos (2019, p. 3) diz que:

Acreditar nas teorias racistas, formuladas na Europa e nos Estados Unidos, era conveniente para as elites brasileiras, pois assim seria possível legitimar e naturalizar as hierarquias sociais existentes no Brasil, mesmo após o final da escravidão. [...], aceitar o racismo científico significaria admitir que a nação brasileira, em sua maioria, era composta por uma população racialmente inferior.

Então, se complementa com a frase de Ana Carolina Falconeris (2022, p. 5):

[...] busca-se compreender a gênese do que viria a ser a política de embranquecimento. Entende-se que é através do aparelho jurídico desenvolvido para garantir a transição gradual e pacífica para a mão de obra livre, também garantiam paulatinamente a exclusão dos negros dos postos de trabalho, privilegiando os trabalhadores brancos.

Devido a tal exclusão, a busca pelo branqueamento a todo custo e negação de sua ancestralidade era uma questão abordada nos contextos social, político, econômico e cultural e ligado à identidade do indivíduo desde seu nascimento até à idade adulta.

Concluindo este pensamento, temos dois fragmentos a respeito da busca do entendimento do conceito, que não existem três raças, mas uma única, a humana, a qual vem da leitura do texto de Karoliny Carvalho Gomes (2023, p. 4):

[...] essa relação de poder tem consequências para as relações sociais no ambiente escolar, onde esse legado de racismo existe por meio de racismo tácito e preconceito e ideias de branquitude dificultam a aceitação de ser afrodescendente.

Como já foi dito, nossa educação é atrasada e ainda impede, devido a sua grade curricular ou mesmo seu projeto político pedagógico, trabalhar os conceitos culturais de negros e indígenas, ficando a estes somente as datas comemorativas, mas também de reflexão para com a luta desses povos, como dia da consciência negra⁵⁶ (20 de novembro) e dia dos povos indígenas⁵⁷ (19 de abril). A Lei nº 10.639/03 veio com a proposta de mudar o perfil educacional. Vem sendo implementada, mas devido ao racismo, as resistências e desobediências ao que determina a LDB (Lei de Diretrizes e Bases de 1997) ainda estão presentes nas escolas.

O Brasil é um país que enfrenta o racismo uma estrutura estável na hegemonia da brancura. Isso marca os privilégios da parte dos brancos e dificulta que os negros

⁵⁶ No dia 20 de novembro é celebrado no Brasil o Dia Nacional da Consciência Negra. Essa data foi instituída oficialmente pela Lei n.º 12.519/2011, e remete ao dia em que foi morto o líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi, no ano de 1695. (Fonte: <https://www.vilapavao.es.gov.br/noticia/ler/9642/20-de-novembro-dia-da-consciencia-negra#:~:text=No%20dia%20de%20novembro%2C%20é%20celebrado%20no%20Brasil%20o,Zumbi%2C%20no%20ano%20de%201695.>)

⁵⁷ A mudança foi oficializada em julho de 2022 com a aprovação da Lei 14.402/2022. Motivo: A palavra "índio" é considerada problemática por ser um termo genérico e não considerar a diversidade dos povos indígenas (Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/19-abril-dia-Indio.htm>)

alcancem, em sentido amplo, nas áreas existentes, políticas, econômicas e sociais (Gomes, 2023, p. 14).

Por mais que sejam feitas as lutas por igualdade, ainda se tem um grande caminho para percorrer para que um dia a história daqueles que sofreram no passado possam ser vistas como forma de não somente submissão, mas de luta e resistência. Para isso, devemos nos conscientizar e abrir os espaços para todos aqueles que têm lugar de fala, mas que por algum motivo, ainda não tiveram suas vozes escutadas, sendo estas as pessoas que sentem na pele a desigualdade em todas as regiões do país.

4.2 Eugenia: a ciência da exclusão

Foram feitas algumas leituras, como: *Reflexões sobre raça e eugenia no Brasil a partir do documentário Homo sapiens 1900*, de Peter Cohen, In: Ponto Urber – Revista no núcleo de antropologia urbana da USP, 2008, e *Eugenia: a higiene como estratégia de segregação*, 1996, de Christiane Gioppo Marques da Cruz, mas para entender melhor o processo, já que esta temática não é o ponto central da pesquisa.

A eugenia teve sua origem por meio de Francis Galton⁵⁸ (1822-1911), baseado no livro de seu primo Charles Darwin – *A origem das espécies* (1859). Segundo o estudo de Lilian de Lucca Torres (2008, p. 2), Galton acreditava que, “[...] as capacidades humanas resultantes muito mais da hereditariedade do que da educação” e que as mesmas deveriam estar ligadas a um sistema biológico.

Para isso, seria necessária a reestruturação de centros urbanos com a realocação da população negra para áreas insalubres, afastadas da elite burguesa, abrindo novo mercado para comercialização de bens de consumo e aumentando o fluxo de pessoas e de veículos.

Mas quando a eugenia vem ganhar força? Segundo a autora “foi nos Estados Unidos e na Alemanha, a partir do início do século XX, que começaram a ser colocados em prática” (Torres, 2008, p. 2). No Brasil a chegada da eugenia vem no pós I Guerra Mundial, visando, principalmente, o controle de surtos de doenças tropicais, a qual deveriam ser solucionadas para o crescimento da nação. Sendo a propagada um meio dos intelectuais da época, iniciarem a divulgação de ideias eugênicas no meio científico. Apontamos aqui o médico paulista Renato

⁵⁸ Francis Galton foi antropologista, meteorologista, matemático e estatístico inglês nascido perto de Sparkbrook, perto de Birmingham, criador do termo eugenia e descobridor da individualidade das impressões digitais (1885) e mais conhecido pelos seus estudos de hereditariedade e inteligência humana (Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/francis-galton.htm#:~:text=Antropologista%2C%20meteorologista%2C%20matemático%20e%20estatístico,de%20hereditariedade%20e%20inteligência%20humana>).

Kehl, que foi quem deu início, em 1917, essa divulgação⁵⁹.

Sua prática estaria atrelada ao saneamento básico e à medicina social. Essas ideias estavam no entusiasmo das elites brasileiras dentro da área científica. Nesse período, foram criados dois institutos, Manguinhos (atual Fiocruz – 25 de maio de 1900), no Rio de Janeiro, e Butantan (23 de fevereiro de 1901), em São Paulo. Estes ficaram a cargo das pesquisas endêmicas da época e até os dias atuais possuem atuação nas pesquisas de doenças tropicais como outras.

Segundo Torres (2008, p. 7-8):

[...] a crença em que diferenças físicas não eram apenas marcas externas, mas, para além de si próprias, remetiam à existência de um determinado conjunto de habilidades, propensões ou formas de comportamento, indicando identidade e valor intrínseco (os negros seriam traiçoeiros, os judeus seriam avarentos etc.) (Torres, 2008, p. 7-8, grifos do autor).

Fica claro que mesmo após o fim da escravidão o negro continua sendo considerado como inferior e não como uma pessoa que possui identidade própria, necessitando ainda ser tutelado pelo Estado.

O Brasil, por conta de seu povo majoritariamente miscigenado, se transforma em local de estudo dos estrangeiros, conforme a citação feita pela autora:

[...] a miscigenação atingia proporções maiores do que em qualquer outro lugar no mundo, além de apresentar particularidades advindas do fato de três raças se misturarem entre si – brancos, índios e negros – diferentemente do que ocorria em contextos onde dois grupos raciais entravam mais frequentemente em contato, como nas colônias europeias da Ásia e África (Torres, 2008, p. 9).

A miscigenação era agora vista como exótica, o negro era visto como objeto de estudo, mas também como o possível causador “[...] de diversos males, o cruzamento extremado de raças era associado, principalmente, ao atraso econômico e social” (Torres, 2008. p. 9), e continua: “a mestiçagem causaria degeneração física, moral, intelectual e [...] civilizacional.” (Torres, 2008. p. 9). Para o progresso da nação seria necessário o controle, reversão e apagamento dos povos não brancos do país.

Associado ao processo de higiene e medicina social, a eugenia estaria também associada à educação, remetendo, também, ao material didático apresentado nas escolas, tanto por professores quanto por outros profissionais, como médicos e agentes sanitários. Seriam necessárias disciplinas não somente para as crianças, mas para seus pais também. Conforme Gioppo (1996, p. 171):

⁵⁹ Em janeiro de 1918 surge a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo, a primeira do gênero na América Latina. O movimento eugenista brasileiro não era homogêneo em suas proposições e esteve desde cedo associado às áreas da saúde pública e psiquiatria, bem como aos ideais do sanitarismo (Torres, 2008, p. 4, grifo da autora).

Havia também outro objetivo embutido nesta ideia: o de isolar o pobre com o intuito de separá-lo das elites, criando locais próprios, as vilas operárias, para que não fosse necessário conviver com eles.

Uma das formas seria a construção de vilas operárias, e futuramente a criação, durante o Estado Novo, da construção de escolas nessas áreas periféricas, uma vez que as mesmas não estavam totalmente assistidas pela política sanitária. O importante, novamente, seria a separação de classes, mas não evitaria a propagação de doenças ou mesmo seu controle.

A eugenia teve seu papel desacreditado após a II Guerra mundial, mesmo assim teve seu papel revisitado na formação do país no século passado. Salientamos que por ser um tema extenso procuramos somente complementar a leitura principal com esta subseção, mas fica a reflexão e novamente a abertura para o diálogo sobre o posicionamento de Jerry Dávilla (2006, p. 357): “hoje [...] mais de 60% dos que se julgam “brancos” têm sangue índio ou negro correndo nas veias”, mas ainda assim, vivemos um grande abismo social e racial no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a construção da narrativa da pesquisa, apresentamos por meio de fontes primárias a realidade da educação para negros escravizados e seus descendentes da cidade de Maceió, nos séculos XIX e XX. Destaco a importância na preservação dos documentos aos quais tive acesso como também o apoio das instituições que se comprometem em preservar a memória para podermos revisitar.

A motivação para a pesquisa se deu por meio de minha orientadora, Professora Mestre Clara Fernandes Suassuna, que havia desenvolvido um grupo de estudos sobre cultura negra, do qual foi uma base importante para o desenvolvimento, consulta, levantamento e entendimento do processo da pesquisa.

Após isso veio o estágio no IHGAL onde acabei me interessando pela Escola Central, uma escola em formato de internato/externato que esteve em atividade nos anos finais do século XIX em Maceió.

Nas seções 2 e 3 da pesquisa, abordamos a luta abolicionista como base para a criação da escola para amparar os filhos de pessoas negras escravizadas, sua fundação, dificuldades para se manter aberta e o ensino do letramento e de um ofício. Acredito que temos ainda muita margem para pesquisar sobre tal escola, tanto que fica a sugestão para uma pesquisa sobre a Sociedade Libertadora Alagoana, a qual foi a mantenedora da Escola, abrindo possibilidades para novos diálogos, se havia pessoas negras em sua composição e a sociedade da época em que estava inserida.

A terceira seção analisou a formação do Liceu de Artes e Ofícios em Alagoas, mais precisamente em Maceió, apontando, que o Império brasileiro estava seguindo as mudanças que aconteciam no mundo, a exemplo da própria Revolução Industrial, em que era necessário “civilizar” uma população em sua grande maioria analfabeta.

A construção desta seção foi novamente focar em nossa região, apontar o quanto era importante seu papel para a população alagoana, como também traçar um paralelo entre a mesma e a Escola Central, o que também ocasionaria no estudo de sua composição educacional, que apesar de não ser voltada especificamente para a população negra escravizada ou livre, num contexto de uma população pobre podemos sim apontar que pessoas negras poderiam fazer parte do seu quadro de matrículas, como também ensinar o letramento, mas não ligado à luta abolicionista.

Ambas têm seu papel importante na história alagoana, infelizmente o descaso do Governo Republicano fez com que ambas acabassem encerrando suas atividades, ficando

limitada a pesquisa mais aprofundada por não se ter muita documentação, ou mesmo in experiência para este trabalho de conclusão de curso.

Na seção 4 abordamos a transformação ocorrida na educação durante o período de Getúlio Vargas. Aqui temos maior dificuldade de encontrar documentos, dos quais ainda necessitaria uma pesquisa sobre o tema, abordando ainda mais sobre Alagoas. Apresentamos a política educacional eugênica, com foco na capital do governo do Estado Novo, o Rio de Janeiro. Tivemos poucas informações a respeito da educação em nosso estado.

Porquanto a trajetória deste trabalho de conclusão de curso, abriu-se a possibilidade para um pré-projeto voltado para uma pós-graduação *Stricto sensu* na área de Educação em História, num contexto de educação para negros.

A pesquisa não se isentou sobre as práticas discriminatórias da população brasileira. O racismo permeia nossos dias atuais, desde a retirada do povo negro do continente africano para as colônias europeias. As humilhações que essas pessoas que perderam sua liberdade tiveram que ser sujeitos, a vida à margem da sociedade, e principalmente, a prática de tornar nossa população miscigenada, e torná-la branca.

A educação em nenhum momento esteve voltada para as pessoas negras, ressaltando casos isolados e específicos como a própria Escola Central. Este modelo de educação foi usado somente como forma de controle, sem direito de autonomia e aumentou o abismo social, havendo consequências até os dias atuais.

A população brasileira, de uma maneira geral, precisa aprender da importância de uma educação cidadã que amplie o conhecimento para as culturas negra e indígena (esta não sendo abordada profunda e diretamente, mas sem deixar de mencionar que a mesma também sobre preconceito), e que o modelo educacional arcaico europeu adotado desde o século XIX no Brasil continua sendo excludente, inclusive para Alagoas.

Por isso que o tema continua sendo uma fonte para novas pesquisas, com o desenvolvimento de novas narrativas. Devemos dar mais valor e importância para nossa história local e nacional, uma vez que temos responsabilidade quanto às agressões física, emocional, psicológica e cultural sofridas por negros no passado e presente e lutar pela mudança para o nosso futuro.

REFERÊNCIAS

- ABL. **Biografia de Rui Barbosa**. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/rui-barbosa/biografia>. Acesso em: 13 mai. 2022.
- ARANTES, Adlene Silva. Educação de crianças em instituições negras orfanológicas do século XIX. In: Memória e História, 2004. **V Encontro Nordestino de História**; V Encontro Estadual de História. ANPUH-Pernambuco. p. 3-14.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. Da civilidade à civilização (Ideal moderno de educação nasceu da burguesia e teve que questionar civilização para incorporar o outro). Dossiê Educação. Org. Agnes Alencar In: **Revista da História da Biblioteca Nacional**. Educação sob controle? ano 10, n. 120, set. 2015. Rio de Janeiro, p. 12-15.
- BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annua de escravos. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 19 nov. 2021.
- CPDOC. **Biografia de Gabino Besouro**. Brasília, Câmara Legislativa dos Deputados. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/BESOURO,%20Gabino.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2022.
- DÁVILA, Jerry. Construindo o “homem brasileiro”. In: **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Unesp, 2006, p. 47-94. Cap. 1.
- DÁVILA, Jerry. Educando o Brasil. In: **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Unesp, 2006. p. 95-146. Cap. 2.
- DÁVILA, Jerry. Educação elementar. In: **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Unesp, 2006. p. 199-240. Cap. 4.
- DÁVILA, Jerry. A Escola Nova no Estado Novo. In: **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Unesp, 2006. p. 241-294. Cap. 5
- DÁVILA, Jerry. Epílogo: O persistente fascínio brasileiro pela raça. In: **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Unesp, 2006. p. 355-368.
- FALCONERIS, Ana Carolina. Legislação brasileira: controle e embranquecimento do mercado de trabalho livre. In: **Migrações em debate**, 15 dez. 2022. p. 1-7. Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/legislacao-brasileira-controle-e-embranquecimento-do-mercado-de-trabalho-livre>. Acesso em: 13 ago. 2023.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CHAMON, Carla Simone; INÁCIO, Marcilaine Soares. **Instruir sem incluir** (Desde a Independência, educação é solução para civilizar o país, desde que permaneçam todos em seu lugar). Dossiê Educação. Org. Agnes Alencar In: **Revista da**

História da Biblioteca Nacional. Educação sob controle? Rio de Janeiro, ano 10, n. 120, p. 20-23, set. 2015.

GIOPPO, Christiane. Eugenia: a higiene como estratégia de segregação. **Educar**, Curitiba: UFPR, n.12, p. 167-180. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/rgvGSgcssyWZnf4zbCnHkSN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.

GOMES, Karoliny Carvalho. **Política de branqueamento no Brasil.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/politica-de-branqueamento-no-brasil/1834911155>. 2023. Acesso em: 13 ago. 2023.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. In: **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo: ANPED, n. 15, set.-dez. 2000.

JUS BRASIL. **Constituição de 1934.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10617640/artigo-138-da-constituicao-federal-de-16-de-julho-de-1934>. Acesso em: 22 out. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 2.040, de 28 de setembro de 1871.** Lei do Ventre Livre. Rio de Janeiro: Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos. Publicado em 28 de setembro de 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 19 nov. 2021.

MOURA, Rosilda Germano da Silva. **Liceu de Artes e Ofícios de Alagoas (1884-1917):** um resgate para a história da educação na transição do Império para a República, Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação (CEDU), Programa de Pós-Graduação em Educação. Maceió, 2015.

SANTOS, Monica Louise. **A escolarização de negros:** particularidades históricas de Alagoas (1840-1890). Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação (CEDU), Programa de Pós-Graduação em Educação. Maceió, 2011.

SANTOS, Monica Louise; MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. **Escola de negros.** In: CAVALCANTE, Bruno César; SUASSUNA, Clara Fernandes; BARROS, Rachel Rocha de Almeida (Orgs). **Kulé Kulé - Visibilidades Negras,** Maceió: Edufal, 2008, p. 51-61.

SANTOS, Renan Rosa dos. **As políticas de branqueamento (1888-1920):** uma reflexão sobre o racismo estrutural brasileiro. In: **Por dentro da África.** 4 set. 2019. P. 1-6. Disponível em: <https://www.pordentrodaafrica.com/educacao/as-politicas-de-branqueamento-1888-1920-uma-reflexao-sobre-o-racismo-estrutural-brasileiro>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SILVA, José de Avelino. **O abolicionismo em Alagoas:** individualidades e factos de um período áureo da nossa História. In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico Alagoano,** v. XIX, Anos 1936-1937. Anno LXII. Livraria Machado, Jaraguá, 1937. p. 61-70.

SOUZA, Marina de Mello e. **Saber é poder:** educação ocidental ajudou a subjugar os povos africanos colonizados pela Europa, mas tornou-se ferramenta para a sua libertação. In:

ALENCAR, Agnes (Org.). **Revista da História da Biblioteca Nacional. Educação sob controle?** Dossiê Educação. ANO 10, n.º 120, Setembro de 2015. Rio de Janeiro. pp. 16-19.

TORRES, Lilian de Lucca. **Reflexões sobre raça e eugenia no Brasil a partir do documentário “Homo sapiens 1900” de Peter Cohen.** In: **Ponto Urber - Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP.** 2008, p. 1-23. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1914>. Acesso em: 13 ago. 2023.

ANEXOS

ANEXO A – FONTES

1 – Fotografias da Escola Central. Instituto Histórico Geográfico Alagoano - IHGAL 2021



Foto 1

Descrição: Escola de Artes Alagoana - E. A. A.

Localização: Rua Boa Vista - Centro de Maceió

Autor: Desconhecido

Ano: Não identificado - Séc. XIX

Fonte: IHGAL

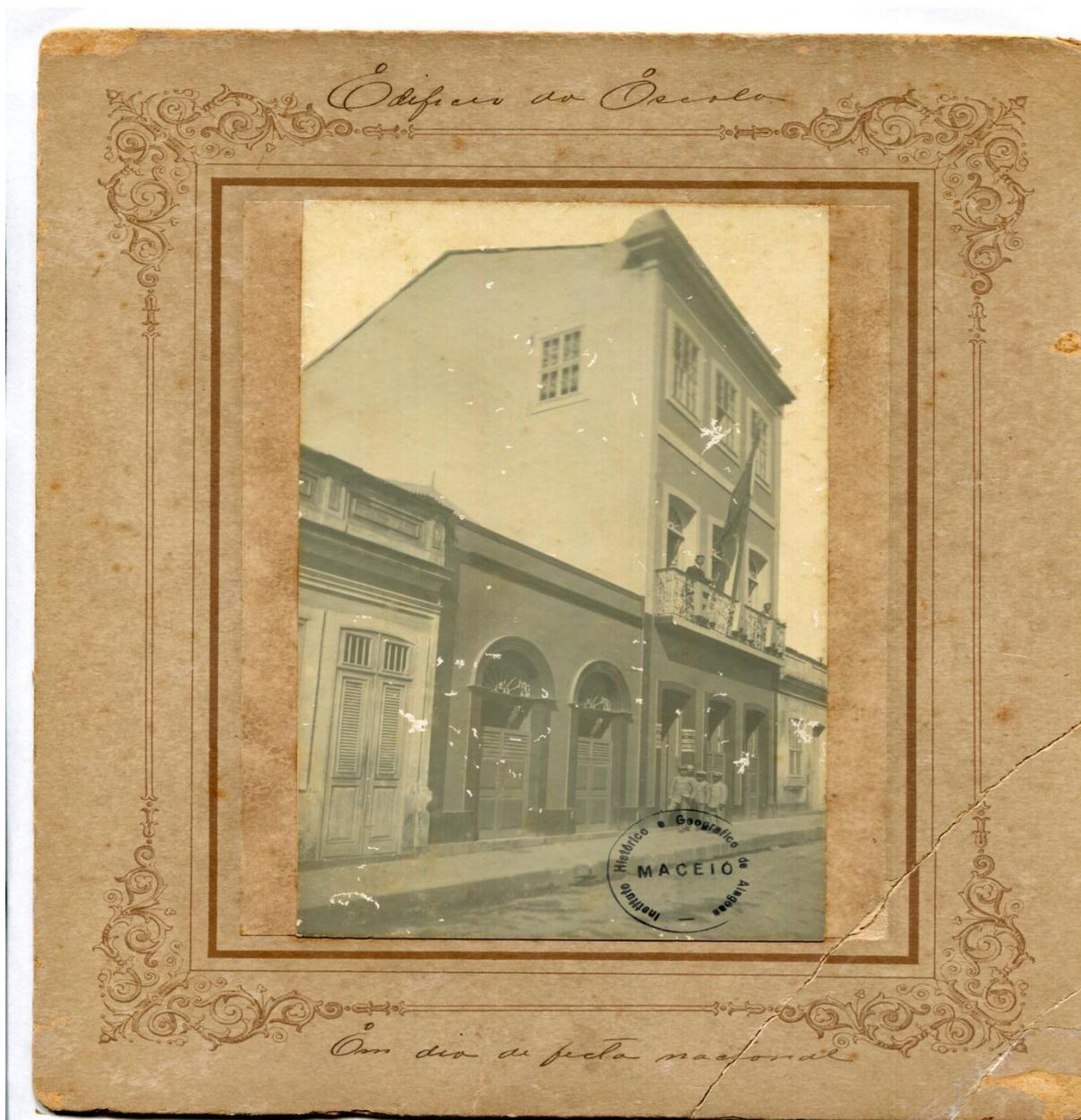


Foto 2

Descrição: Edifício da escola

Legenda: Em dia de festa nacional (Ex: Independência do Brasil)

Autor: Desconhecido

Ano: Não identificado - Séc. XIX

Fonte: IHGAL



Foto 3

Descrição: Oficina de carpintaria

Legenda: Ensino prático do ofício de carpinteiro

Autor: Olavo Baptista

Ano: Não identificado - Séc. XIX

Fonte: IHGAL



Foto 4

Descrição: Salão de exposições

Legenda: Primeiros artefactos fabricados pelos alunos

Autor: Olavo Baptista

Ano: Não identificado - Séc. XIX

Fonte: IHGAL



Foto 5

Descrição: Aula primária

Legenda: Uma lição de coisas

Autor: Olavo Baptista

Ano: Não identificado - Séc. XIX

Fonte: IHGAL

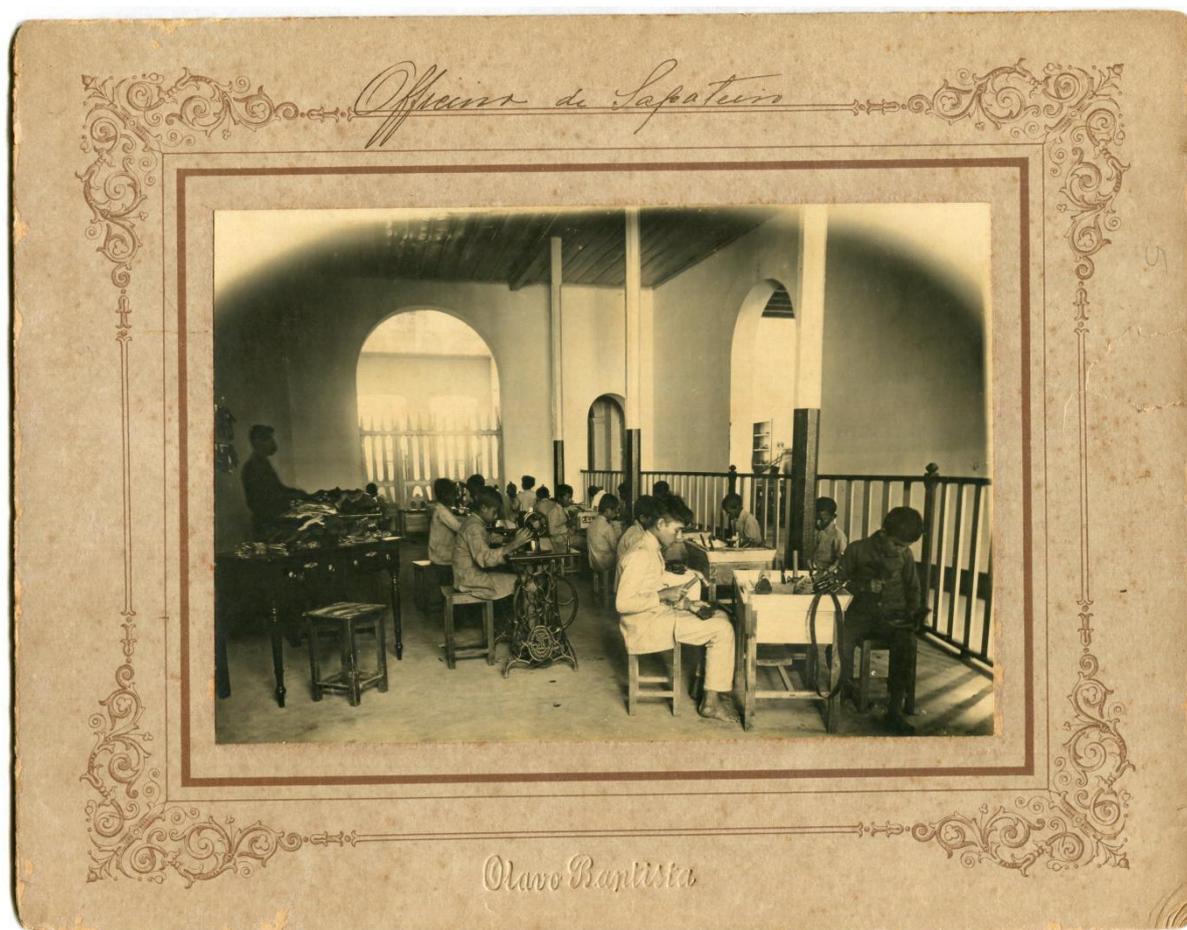


Foto 6

Descrição: Oficina de sapateiro

Legenda: Ensino prático do ofício de sapateiro

Autor: Olavo Baptista

Ano: Não identificado - Séc. XIX

Fonte: IHGAL

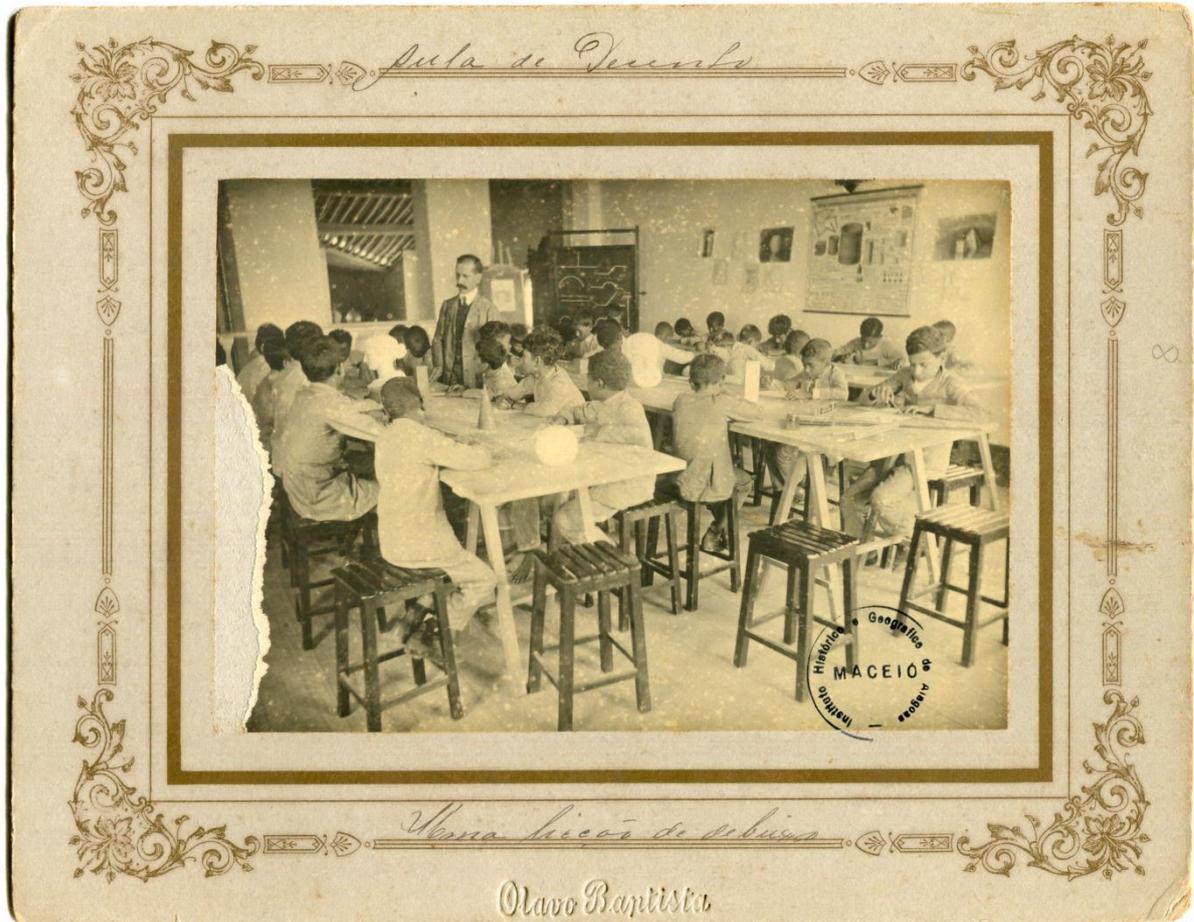


Foto 7

Descrição: Aula de desenho

Legenda: Uma lição de desenho linear.

Autor: Olavo Baptista

Ano: Não identificado - Séc. XIX

Fonte: IHGAL



Foto 8

Descrição: Oficina de serralharia

Legenda: Ensino prático do ofício de serralheiro

Autor: Olavo Baptista

Ano: Não identificado - Séc. XIX

Fonte: IHGAL



Foto 9

Descrição: Em recreio

Legenda: Primeiras lições de ginástica militar

Autor: Olavo Baptista

Ano: Não identificado - Séc. XIX

Fonte: IHGAL



Foto 10

Descrição: Oficina de marceneiro

Legenda: Ensino prático do ofício de marceneiro

Autor: Olavo Baptista

Ano: Não identificado - Séc. XIX

Fonte: IHGAL

Summa d'alg. trascendentes

2.^a edição

Francisco de Paula de Azevedo

1842

Recorrido as cisternas piscinas da
petreos lito e de gesso e de ferro.
Alusio's de Junho de 1889.
Com texto de vers. José de S. Paulo
José Maria Sampaio

**ANEXO C – CARTA ENVIADA AO DOUTOR GABINO BESOURO, GOVERNADOR
DO ESTADO (p. 02)**

Ano - 14 de Fevereiro de 1894; Arquivo Público de Alagoas - APA; Caixa 0682; Data de
consulta - 10.11.2021

Macéio 14 de Fevereiro de 1894.

Ilustre Cidadão D.^o Gabino Besouro,
Governador do Estado.

Temos a honra de comunicar-
vos que no dia 31 de Janeiro próximo
finda deus por finda nossa philan-
tropica missão de educar ingenuos, as-
sim considerados em virtude da Lei n.^o
2060 de 28 de Setembro de 1871, or-
ptários e menores desvalidos que não
tinham quem se incumbisse de sua edu-
cação; esse pezado encargo contraímos
solemnemente perante o publico e as auto-
ridades do Paiz desde 22 de Abril de 1887.

No fiel desempenho dessa ardua
tarefa matriculamos annualmente cente-
nas de alumnos externos, a quem, a-
lém do ensino primario, fora tambem
ministrado o ensino profissional gratuito.
Muitos desses alumnos estão hoje vivan-
do as suas expensas e com a independen-
cia que lhes garante sua profissão; ou-
tros estão completando em diversas offici-
nas sua educação artistica.

De tudo deus sempre minuciosas
contas aos poderes publicos do Estado,

*Recp. em 15 de Fevereiro
Vide off. de 15 de Fevereiro do collegio ophthalmico
de cida. de Alagoas*

esta epidemia reproduzir-se agora.

Do internato, podem, vimos dar-lhe minuciosas informações.

Durante o período acima mencionado na Escola Central asylo quarenta e oito alumnos, dos quaes dois falleceram - um de varicela e outro de febre perniciososa, sendo necessario separal-os do estabelecimento a fim de evitar o contagio aos outros asyloados. Dos quarenta e seis existentes este sahiram por haverem

atingido a idade legal e foram elles: Profino José de Melles, bom sapateiro, familiar e mais; Luiz de Paula Neves, habil torceiro; Roberto Valentim dos Santos, sapateiro, empregado como músico no Corpo de Seguranca; Manoel Baptista da Costa, idem, idem; Samuel Ribeiro Branco, official de sapateiro; Honorio Gomes, sapateiro, com praça no batalhão 26 de infantaria; Samuel Clapp, official de marceneiro.

Por ja haverem aprendido seu officio e poderem auxiliar suas mães, que requereram entrega de seus filhos, sahiram: Manoel Athanasio dos Prazeres, Americo José do Nascimento, Joaquim Paranhos, Herculanus

Ribeiro da Graça, Eusebio Gomes - sapateiros; Bernardo José da Costa, malheiro; Nicolau Bispo, Heliodoro Paulo de Lima, Alfredo da Silva Lima, João José da Costa, Balbino Isidoro de Nascimento - marceneiros; Jacintho Macedo Carapeba, habilissimo torneiro; Joaquim Casimiro Botelho, excellente typographo compositor; João Vieira da Costa, typographo compositor e impressor; e Manuel Antonio da Costa, familiar.

Por haverem querido engajar-se como musicos do corpo de segurança saliram tambem: Norberto Paulino de Souza, Luiz Gonzaga, marceneiros; José Amancio Dias, sapateiro; Antonio Alfredo de Azevedo, Ursulino Sabiliano do Rosario, typographos (aprendizes).

Foram ainda entregues a suas mães dando pessoas idoneas como fiadoras do completo de sua educação - Narciso Dias Cabral, Luiz de Oliveira, Joaquim Carancho, Manuel de Oliveira, Antonio Gomes de Brito, Joaquim Sant'Anna Marinho e Pedro Alvarez Favares.

Pedimos-lhe que vos dignes providenciar com relação a nove educandos, sete orphãos de pai e mãe e dois cujas mães não offerecem garantia de sua educação; são elles: Joaquim Lamenha Lima, Fernando José da Silva, Petronilla e Moyses

Ris Branco, Raul Mendes de Paiva, Durval
Mendes de Paiva, Theophilo Pedro dos Santos,
Satyro Jacob da Silva, Jacintho Honorio No-
blat e José Córdino de Barros.

Os moços e mais objectos pertencentes
à ex Escola Central se acham todos arrolados;
nossas contas foram desde a criação desse esta-
belecimento regularmente prestadas no Thesouro
Provincial, hoje Secretaria da Fazenda do Estado,
faltando somente a do ultimo trimestre por
depender ainda dessas despesas finais.

Aproveitamos o ensejo para reiterar
aos sr. protettori de nossa alta consideração e
particular estima e fazemos os mais ardentes
votos para que seja em breve uma realida-
de o Nucleo Agrícola que por certo muito
concorrerá para a solução de um dos mais
bellos problemas da economia social —
o melhoramento do homem.

Saúde e fraternidade.

Antonio Antão Henri Monteiro

J. Domingos Verdadeira

Vicente d'Aguiar Paracelly

Francisco Domingos da Silva

**ANEXO D - CARTA ENVIADA AOS MEMBROS DA SOCIEDADE LIBERTADORA
ALAGOANA (p.02)**

Ano - 04 de Maio de 1887; Arquivo Público de Alagoas - APA; Caixa 0682; Data de consulta
- 10.11.2021

Ministerio
dos Negocios da Agricultura,
Commercio
e
Obras Publicas.
Gabinete.

Rio de Janeiro, 4 de Maio de 1887.

meo mo.
M. e Ori. Sr.

*Requiere Comem 17 de maio
dat. em 14-1887*

Seria s. V. Ex.^{as} de declarar ao
Conselho da Sociedade Liberta-
dora Alagoana que muito
agradavel foi ao Governo Im-
perial a noticia, que o mes-
mo Conselho trouxe ao meu co-
nhecimento por Officio de 22
de Abril ultimo, de haver inau-
gurado n'essa cidade uma Escola
Central com officinas de trata-
lho para instruccao e educacao
de ingenuos e menores desvali-
dos, tendo distribuido quinhão
cartas de alforria na sessao
solemne com que foi inaugu-
rada a referida Escola Cen-
tral.

O Governo Imperial tou-
va a patriótica iniciativa
da Associação e deseja ser in-

formada das condições da sua
 vida economica, programma
 de estudos, maismente da ma-
 trricula e frequencia escolar,
 e nomes dos cidadãos que mais
 efficazmente concorrerem para
 obra tão util.

Deus Guarde a V. Ex^{ta}

Auto. de L.º Procs.

A. J. de P.
 Presidente da Provincia
 das Ilhas

**ANEXO E - DESPESA DA ESCOLA CENTRAL DESDE SUA FUNDAÇÃO ATÉ 31 DE
JANEIRO DE 1888**

Arquivo Público de Alagoas - APA; Caixa 0682; Data de consulta em 10.11.2021.

Quadro n.º 5

Despesa da Escola Central desde sua fundação até 31 de Janeiro de 1888

Montagem das officinas de marceneiro, torneiro, alfaiate, sapateiro, tamancueiro, habuleiro, corcior e typographo.	5.532 111
Recommodação do predio p.º officinas.	1.760 773
Aluguel do predio e moveis	1.650 000
Materia prima	4.567 578
Salario a empregados	3.202 032
Expediente e livros de instrucção	466.650
Roupas, calçados e leitões e seus pertences	1.538 810
Alimentação a 33 educandos e 3 empregados	2.111 950
Instrumentos de musica	176 000
Remedios de botica	033 420
Luz e acio	144 870
Ocurrencias	205.528
Total	<u>27.238.899</u>
Existem	
Em machimas ferragens etc	3750 000
em materia prima	2.702.000
em artefactos	936.300
em moveis e utensilios	<u>753 200</u>
	8.201.500

ANEXO F - DESPESA MENSAL DA ESCOLA CENTRAL

Arquivo Público de Alagoas - APA; Caixa 0682; Data de consulta em 10.11.2021.

Quadro n° 3

Despesa mensal da Escola Central

Pagamento a 17 empregados	(medio)	514.000
Alimentação a 33 educandos e 3 empregados	(medio)	240.000
Aluguel do prédio e todos os móveis		150.000
Compra de materia prima	(medio)	180.000
Despesas miudas	(medio)	30.000
Total		1.114.000

N.º 3. Dos 17 empregados são profissionais
15 -

ANEXO G - JORNAL GUTENBERG 23 ABRIL 1890

(Orgão do Centro Republicano Federal de Alagoas), Maceió, quarta-feira, 23 de abril de 1890,

nº 85 Anno IX, Director - Antonio Alves, tiragem 1.650 exemplares. IHGAL 2021.



Maceió, Quarta-feira 23 de Abril de 1890. TIRAGEM 1.650 EXEMPLARES. NUM. 85

ASSIGNATURAS... REDACCAO... OFFICINA... Telephone -47.

GOVERNO DO ESTADO... Secretaria Militar... EXPEDIENTE DO DIA 15 DE ABRIL DE 1890

de Mendonça Castello Branco, presidente da Comarca de Maceió, pedindo a indenização da quantia...

Participou nos que a cada publicação foram lidos os artigos de Fructos Alves Pereira e Maria Ignacia da Conceição...

Secretaria do Governo... Copia.—O cidadão dr. Luiz Raulino Paes Lins, juiz municipal e de...

Novo Pasto... A 19 horas da manhã do dia 23 de corrente os alunos da escola central...

Escola Central... Terminada a benção, dirigiram-se ao jardim do palacete, onde tocaram algumas peças a mesma banda...

NOVA PASTA... A 19 horas da manhã do dia 23 de corrente os alunos da escola central...

Escola Central... Terminada a benção, dirigiram-se ao jardim do palacete, onde tocaram algumas peças a mesma banda...

AFOGADOS... Em Piranhas, festa comemorativa do dia 9 de setembro...

Club Militar Alagoano... Reunião em 21 de abril...

Escola Central... A's 10 horas da manhã do dia 20 do corrente os alumnos da escola central, acompanhados de seu digno e encançavel director...

Participou nos que a cada publicação foram lidos os artigos de Fructos Alves Pereira e Maria Ignacia da Conceição...

Novo Pasto... A 19 horas da manhã do dia 23 de corrente os alunos da escola central...

Escola Central... Terminada a benção, dirigiram-se ao jardim do palacete, onde tocaram algumas peças a mesma banda...

AFOGADOS... Em Piranhas, festa comemorativa do dia 9 de setembro...

Vertical text on the right margin, possibly a list or index, including words like 'a', 'ne', 'la', 'de', 'se', 'te', 'e', 'Bi', 'da', 'da', 'St', 'qu', 'cc', 'do', 'to', 'u', 'o', 'e', 'n', 'ri', 'pr', 'do', 'za', 'ne', 'pr', 'go', 'gil', 'ta', 'su', 'ra', 'ur', 'sr.', 'to', 'va', 'sig', 'po', 'o', 'de', 'mi', 'd', 'pi', 'sel', 'vai'.

Escola Central

A's 10 horas da manhã do dia 21 do corrente os alumnos da escola central, acompanhados de seu digno e encançavel director, professor Francisco Domingues, tendo á frente a banda de musica dos alumnos galantemente dirigidos dirigiram-se a matriz desta capital onde assistiram á uma missa em accção de graça pelo 3º anniversario da fundação da escola.

A tarde, celebrou-se na mesma matriz a benção de seu esquadra, estando presentes os paronymphos—venerando governador deste Estado, coronel Franklin de Barros, intendente Ricardo Brennand, Manoel Maria de Moraes, Firmino d'Aquino Vasconcellos, dr. Joaquim José d'Araujo, Pedro Vandeval, Antonio Alves, Francisco Ribeiro Lins, e José Domingues Lorisleão.

Terminada a benção, dirigiram-se ao jardim do palacio, onde tocaram algumas peças a mesma banda de musica dos meiores, e bem assim a das sociedades Minerva, Artistica e a do batalhão 26, as quaes obribeantaram aquella solemnidade religiosa.

Seguiram todos a palacio, para congratular ao illustre cidadão governador, e em volta foram em passeita pelas principaes ruas, tocando sempre todas as musicas.

Ao recolher, reunidas as bandas de musica em frente da escola, que foram sempre acompanhadas de grande concurso de povo, orou de uca das varandas do prédio o democratico cidadão Pedro Noloso, agradecendo, em nome do director, em nome do povo, que não soube ser indiferente á festa dos ingenuos, que foi a comemoração das actividades aproveitadas ha 3 annos em prol do bem da mobilidade, que outr'ora dormia o somno da tibieza no leito do sono.

No dia 21, ás 5 1/2 horas da tarde, os ingenuos em bonis expressos, repletos de povo, fizeram nota passeata até Jangua.

Ouviam-se no trajecto os sons harmoniosos da musica da corporação. No jardim tocaram algumas peças e ao escarecer se encaminharam para a Phenix, onde os saudou com um entusiastico discurso o cidadão Bernardino Canuto.

O bello sexo d'aquella distincta sociedade receberam com muitas bandejas de flores derramadas das janellas.

Penetrando no salão os itinerantes reptaram mais uma vez as harmonias murchas, sendo-lhes oferecido pelo director da Phenix um copo d'agua.

Relixando-se, ergueram-se muitas viras; e assim rejubilados por tentas provas de cavalheirismo os itinerantes tomaram bonis para Macaio ás 7 horas.

Hontem esteve em exposiçáo de rentas a monta, o estabelecimento e diversos artefactos.

Foi muito visitado.

uma n per do e, log ram a veres ora c Am O ce sepull nior e

Ciu

Esc: Reu ras da do pr Frank Alago sim d rioso. Por ali d cavall Usa sident impor a tão a sess: Obt niente ta all do gr se reu Fall ro b e o c Brenn do viv das A guarn A's quem 20, ju no pe notio, um vi o pri e ag nome mite ment. A's breez do qu za e nel Fr presid goano O g eipe, f tadori sullan ra o e:

S

Cor un pe sr. dr. Diz to do e vagant Cita signifi poeta o cont do est muito d'um e pincell sel-o; vando to de C

ANEXO H - JORNAL GUTENBERG 21 MAIO 1890

(Orgão do Centro Republicano Federal de Alagoas), Maceió, quarta-feira, 21 de maio de 1890, nº 107 Anno IX, Director - Antonio Alves, tiragem 1.650 exemplares. IHGAL 2021.



GUTENBERG

Orgão do Centro Republicano Federal das Alagoas

"LIBERTAS QUAE SERA TAMEN"

ANNO IX

Maceió, Quarta-feira 21 de Maio de 1890

NUM. 107

TIRAGEM 1.650 EXEMPLARES

PREÇO DO DIA 40 REIS

ASSIGNATURAS

Capital, por 3 mezes. . . 2\$400

da capital, por 6 mezes 5\$500

assignaturas da capital podem ser pagas por mez a razão de 800 réis fora por nunca menos de 12 mezes.

REDACCAO

Cons. Lourenço de Albuquerque n. 103

OFFICINA

do Commercio n. 176

Telephone - 47.

TE OFICIAL

do ESTADO

de concessão do 4º e 5º regimentos de infantaria e do 2º de cavalaria. Palacio do governo do Estado das Alagoas em Maceió, 17 de Maio de 1890.—*Pedro Paulino da Fonseca.*

Expediente do dia 17 de Maio de 1890

Paratubas

O governador do Estado, conformando-se com a proposta da directoria da instrução publica, por officio n. 507 do 16 do corrente, resolve designar o professor José da Silva Pinto, que se acha em disponibilidade, para ter retido na cadeira da povoação de Coqueiro Seco, restaurada por decreto desta data.— Comunicou-se á directoria da instrução publica.

—O governador do Estado, sobre proposta da directoria da instrução publica, datada de 16 deste mes, n. 509, resolve remover a professora Adalina de Oliveira, para a cadeira da Estrada de Ferro, nesta capital, restaurada por decreto n. 15 desta data, a professora da villa de An-

de concessão do 4º e 5º regimentos de infantaria e do 2º de cavalaria. Palacio do governo do Estado das Alagoas em Maceió, 17 de Maio de 1890.—*Pedro Paulino da Fonseca.*

—Ao commandante das armas do Estado do Pernambuco—Henriquez a inclina, pela do alocamento do soldado de 2º batalhão d'infantaria João Martiniano de Moraes Navarro, que nesta data fago embarcar para esse Estado, acompanhado de duas peças que se destinam ao Estado da Parahyba.

—Ao governador do Estado da Parahyba.—Evite-se os indolecimentos dos anependidos e assentados dos Santos e Venozolas. Pardo Leite, transferidos do 2º para 3ºº batalhões d'infantaria, os que embarcam para esse Estado no vapor a elegar amanhã dos portos de sul.

—Ao inspetor da thesauraria de fazenda.—Ao engenheiro director das obras militares deste Estado—Manda pagar a quantia de seis ducados a cada mil quinientos

DESPACHOS DE 17 DE MAIO

Officio

Do vigario da freguesia de Porto de Pedras, de 30 de abril ultimo, representando contra os nomes da Intendencia daquello municipio, pelos quees foram designados: a capella filial de S. Miguel dos Milagres e a capella de S. Miguel dos Milagres para servir de cemeterio.—A Intendencia do Porto de Pedras para informar sobre a parte que vai assignada.

Requerimentos

De J. Anna Carlos de Medeiros Cabral, professor jubilado, pedindo que lhe se restitua o resto do tempo que lhe faltava para completar 20 annos de servico ou voltar a supplicante ao exercicio, da magistratura nesta capital.—Indeferido.

—Do Cicero Goulart Pimentel, pedindo para que seja administrado de correio deste Estado seja aceita a certidão de idade do supplicante produzida ao juiz civil.—Ato ar. administrador do correio para accôrta a idade do supplicante.

Nada mais consta.

Estado e fraternidade.

Item, sac. consel. Pedro Trindade da Fonseca, M. D. governador do Estado.—O chefe do policia, *Cicero Candido Tenorio Bastos.*

Reparição geral dos telegraphos.—Relação Maceió, 18 de maio de 1890.—Telegraphos.—Procedencia do Rio.—Aos governadores de todos os estados.

Por decreto de 15 foi estabelecido o Art. 1º. Estrangeiros residentes no Brazil dia 15 novembro que desapparecerem suas nacionalidade poderão fazer esta declaração não se podendo secretarias camaras ou intendencia municipal, mas somente perante o secretario da delegacia ou subdelegado da policia ou ainda perante qualquer agente diplomatico ou consular de sua nação. Art. 2º. Para declarações haverá um livro aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo subdelegado ou subdelegado em exercicio. Art. 3º. Os livros serão fornecidos pelas camaras ou intendencias municipais, correndo despesa a estados ou da fe-

gura imposto aos empregados, os que o deviam cobrari a 15 de maio do ano atual, pagando o mesmo, e que aquelles que se alistaram a favor do trabalho publico republicano vissem expuzidos das escolas e das bibliotecas, afereceres a luz, auxiliando os bons intentionados a expender as trevas e abrir portas largas a luz da economia e interesse nacional, e com pezar e sustencao, a sombra, desmistica a politica parida, e libera a luz da instrução e da cultura com o fim unico de deprimir o espirito que se adormecia no Estado, não permitindo todos os actos de governo actual.

Não o seu razão que assim nas manifestações.

Toda e qualquer administração essa, assim a agencião da imprensa, antes competente a julgar os seus actos publicos, nenhuma excepção, portanto, ha de levantar-se a forja do onde se pode saber o andamento a marcha da boa orientação politica, invertendo os factos e violando um columna parca que se tem exalado para longe d'este Estado que não oha estas pequenas troquias de desonrações.

SAPATOS

DE

MARROQUIM

Grande sortimento á venda na

ESCOLA CENTRAL

ANEXO I - JORNAL GUTENBERG 08 JUNHO 1890

(Orgão do Centro Republicano Federal de Alagoas), Maceió, quarta-feira, 08 de junho de 1890, nº 102 Anno IX, Director - Antonio Alves, tiragem 1.650 exemplares. IHGAL 2021.

GUTENBERG

Orgão do Centro Republicano Federal das Alagoas

"LIBERTAS QUAE SERA TAMEN"

ANO IX
Maceió, Domingo 8 de Junho de 1890
NUM. 122

TIRAGEM 1.650 EXEMPLARES

NUMERO DO DIA 40 REIS

ASSIGNATURAS

Capital, por 3 mezes... \$3400

da capital, por 6 mezes... \$6500

As assignaturas da capital podem ser pagas por mez a razão de 800 réis, e as de fora por nuca menos de 6 mezes.

Pagamentos adiantados.

REDACCAO

Rua do Cons. Lourenço de Albuquerque n. 403

OFFICINA

Rua do Commercio n. 176

Telephone—47.

—N. 214 Ao mesmo—Para os fins convenientes communico-vos que o promotor publico da comarca de Alagoas, bacharel Joaquim Pedro Cavalcante de Albuquerque, deixou no dia 26 de Maio ultimo o exercicio do referido cargo por motivo de molestia.

—N. 223 Ao inspector do thesouro—Em resposta ao vosso officio, n. 195, de 27 do Maio ultimo, declaro-vos que approve o acto da junta de fazenda, arbitrando ao escripturario addido no consultado de Janguá, José Leite de Menezes, escripturario da proceder aos arrolamentos dos impostos de alambiques nos engenhos de fazer assucar e de coqueiros, neste termo, a quantia de quatrocentos reis por kilometro como ajuda de custo, sem direito a qualquer outra gratificação por semelhante serviço.

—N. 224 Ao mesmo—Devolvo-vos o incluso processado que arrolou o vosso officio de 3 do corrente, n. 302, e apresentado pelo cidadão Agapito de Lemos Medeiros, inominado agente de renhas da cidade de Penedo, ratificando sua fiança, declaro-vos que fica ratificada o acto da junta de fazenda.

—N. 225 Ao mesmo—Devolvo-vos em qualquer cadeia, vago, de instrução primaria deste Estado.—Idem.

DO SECRETARIO DO GOVERNO

Officio

Ao director interino da instrução publica.—Assignado pelo cidadão governador deste Estado vos devolveo quatro inclusos titulos de alumnos-mestres, os quaes para aquelles fins remetteoos qua o vosso officio n. 573 do 3 do corrente.

—Ao sgr. do cidadão governador deste Estado declaro-vos, em resposta ao vosso officio desta data, que foram dadas as necessarias ordens affim de vos serem entregues, amanhã as 3 horas da tarde, as milhas do vapor *Marguez de Lacerias*, esperado do Recife para a Bahia e portos da escala.—Deuseo sciencia ao certo.

Secretaria de Policia

N. 328.—Secretaria da Policia do Estado d'Alagoas em Maceió, 4 de Junho de 1890.

ESCOLA CENTRAL

UMA CARTA DO DR. OITICICA

A proposito de ter-se levantado na Capital Federal a generosa idea de proteger as creanças, filhos dos ex-escravos, idea que foi recebida com o maior enthusiasmo, chegando até a discutir-se pela imprensa a quem se devia a prioridade da mesma idea, nosso illustre amigo e confrade dr. Leite e Oiticica dirigio a *Gazeta de Noticias* a carta abaixo, pedindo para a nossa Escola Central a protecção da população do Rio de Janeiro.

Damos a palavra à *Gazeta de Noticias*:

«Para a carta que em seguida publicamos, e que nos foi dirigida pelo nosso illustre collega da imprensa das Alagoas, o sr. dr. Leite e Oiticica, chamamos a attenção dos leitores, e especialmente das pessoas iniciadoras da propaganda dos asylos.»

«Rio de Janeiro, 20 de maio de 1890.—Sr. dr. Ferreira de Araujo.—Consinta que eu leve uma nota sonante ao concerto de louvores com que a população d'esta capital recebeu a idea da protecção ás creanças desvalidas e filhos dos ex-escravos.

Eu não posso, ao ler as phrases de enthusiasmo com que se promove essa obra de caridade, esquecer que ella se acha realisada já, ha perto de cinco annos, se bem me recordo, na capital do Estado das Alagoas, onde nasci, parecendo-me de vantagem pedir o auxilio para a bellissima instituição, que tanto carece d'isso para completar o plano traçado desde a sua fundação.

Em 1885, a Sociedade Libertadora Alagoana, no mais acceso da luta contra a escravidão, fundou em Maceió um estabelecimento, de instrução e educação, a que denominou Escola Central da Sociedade Libertadora Alagoana.

O proprio nome do estabelecimento mostra que elle obedecia ao plano da fundação de outras escolas nos diferentes municipios da provincia, hoje Estado, tendo

A proposito de ter-se levantado na Capital Federal a generosa idea de proteger as creanças, filhos dos ex-escravos, idea que foi recebida com o maior enthusiasmo, chegando até a discutir-se pela imprensa a quem se devia a prioridade da mesma idea, nosso illustre amigo e confrade dr. Leite e Oiticica dirigio a *Gazeta de Noticias* a carta abaixo, pedindo para a nossa Escola Central a protecção da população do Rio de Janeiro.

Damos a palavra à *Gazeta de Noticias*:

«Para a carta que em seguida publicamos, e que nos foi dirigida pelo nosso illustre collega da imprensa das Alagoas, o sr. dr. Leite e Oiticica, chamamos a attenção dos leitores, e especialmente das pessoas iniciadoras da propaganda dos asylos.»

«Rio de Janeiro, 20 de maio de 1890.—Sr. dr. Ferreira de Araujo.—Consinta que eu leve uma nota sonante ao concerto de louvores com que a população d'esta capital recebeu a idea da protecção ás creanças desvalidas e filhos dos ex-escravos.

Eu não posso, ao ler as phrases de enthusiasmo com que se promove essa obra de caridade, esquecer que ella se acha reali-

sa já, ha perto de cinco annos, se bem me recordo, na capital do Estado das Alagoas, onde nasci, parecendo-me de vantagem pedir o auxilio para a bellissima instituição, que tanto carece d'isso para completar o plano traçado desde a sua fundação.

Em 1885, a Sociedade Libertadora Alagoana, no mais acceso da luta contra a escravidão, fundou em Maceió um estabelecimento, de instrução e educação, a que denominou Escola Central da Sociedade Libertadora Alagoana.

O proprio nome do estabelecimento mostra que elle obedecia ao plano da fundação de outras escolas nos diferentes municipios da provincia, hoje Estado, tendo

sa já, ha perto de cinco annos, se bem me recordo, na capital do Estado das Alagoas, onde nasci, parecendo-me de vantagem pedir o auxilio para a bellissima instituição, que tanto carece d'isso para completar o plano traçado desde a sua fundação.

Em 1885, a Sociedade Libertadora Alagoana, no mais acceso da luta contra a escravidão, fundou em Maceió um estabelecimento, de instrução e educação, a que denominou Escola Central da Sociedade Libertadora Alagoana.

O proprio nome do estabelecimento mostra que elle obedecia ao plano da fundação de outras escolas nos diferentes municipios da provincia, hoje Estado, tendo como centro de operações a casa da capital.

Tenho a satisfação de pertencer a essa sociedade, para a qual entrei, na forma dos estatutos, ao libertar o ultimo dos escravizados que possuia, e sei que ella pretende, ha muito, fundar uma colonia agricola, onde se installe os ex-ingenhos que chegarem a idade que exige a sahida da Escola Central; não o fez ainda por falta de recursos.

Para a fundação da Escola Central teve a benemerita sociedade a quantia de 24.000\$, proveniente de beneficios das loterias com-

Sociedade Libertadora. Agradeço o proprio nome do estabelecimento mostra que elle obedecia ao plano da fundação de outras escolas nos differentes municipios da provincia, hoje Estado, tendo como centro de operações a casa da capital.

Tenho a satisfação de pertencer a essa sociedade, para a qual entrei, na forma dos estatutos, ao libertar o ultimo dos escravizados que possuia, e sei que ella pretende, ha muito, fundar uma colonia agricola, onde se installe os ex-ingenhuos que chegarem á idade que exige a sahida da Escola Central; não o fez ainda por falta de recursos.

Para a fundação da Escola Central teve a benemerita sociedade a quantia de 24.000\$, proveniente de beneficios das loterias concedidas pela assemblea provincial, quantia que deu para montagem do internato, das officinas e primeiras despezas do custeio da escola, então ainda sem outros recursos.

Sómente em 1889 votou a assemblea provincial a subvenção de 5.000\$ annuaes para o custeio da escola, quantia insufficiente para os multiplos serviços que a instituição reclama. Bem vêdes que e' impossivel cuidar de alargar a esphera de acção à que se propõem os tenazes e infatigáveis propugnadores da idea, motivo unico pelo qual ainda se não fundou a colonia agricola, para

libertar o ultimo dos escravizados que possuia, e sei que ella pretende, ha muito, fundar uma colonia agricola, onde se installe os ex-ingenhuos que chegarem á idade que exige a sahida da Escola Central; não o fez ainda por falta de recursos.

Para a fundação da Escola Central teve a benemerita sociedade a quantia de 24.000\$, proveniente de beneficios das loterias concedidas pela assemblea provincial, quantia que deu para montagem do internato, das officinas e primeiras despezas do custeio da escola, então ainda sem outros recursos.

Sómente em 1889 votou a assemblea provincial a subvenção de 5.000\$ annuaes para o custeio da escola, quantia insufficiente para os multiplos serviços que a instituição reclama. Bem vêdes que e' impossivel cuidar de alargar a esphera de acção à que se propõem os tenazes e infatigáveis propugnadores da idea, motivo unico pelo qual ainda se não fundou a colonia agricola, para onde tanto urge enviar os alumnos do internato, chegados à idade superior.

Posso affirmar-vos que a Escola Central da Sociedade Libertadora e' um instituto modelo, devido aos esforços dignos do maior louvor do seu director, o infatigável sr. Francisco Domingues da Silva, que se tem sacrificado em sua fortuna particular por esses desprotegidos da sorte, typo de verdadeiro e perfeito educador

tende, ha muito, fundar uma colonia agricola, onde se installe os ex-ingenhuos que chegarem á idade que exige a sahida da Escola Central; não o fez ainda por falta de recursos.

Para a fundação da Escola Central teve a benemerita sociedade a quantia de 24.000\$, proveniente de beneficios das loterias concedidas pela assemblea provincial, quantia que deu para montagem do internato, das officinas e primeiras despezas do custeio da escola, então ainda sem outros recursos.

Sómente em 1889 votou a assemblea provincial a subvenção de 5.000\$ annuaes para o custeio da escola, quantia insufficiente para os multiplos serviços que a instituição reclama. Bem vêdes que e' impossivel cuidar de alargar a esphera de acção à que se propõem os tenazes e infatigáveis propugnadores da idea, motivo unico pelo qual ainda se não fundou a colonia agricola, para onde tanto urge enviar os alumnos do internato, chegados à idade superior.

Posso affirmar-vos que a Escola Central da Sociedade Libertadora e' um instituto modelo, devido aos esforços dignos do maior louvor do seu director, o infatigável sr. Francisco Domingues da Silva, que se tem sacrificado em sua fortuna particular por esses desprotegidos da sorte, typo de verdadeiro e perfeito educador como elle é.

**ANEXO J - RECEITA DA ESCOLA CENTRAL DE 22 DE ABRIL DATA DE SUA
INAUGURAÇÃO**

A 31 de Janeiro de 1888. Arquivo Público de Alagoas - APA; Caixa 0682; Data de consulta
em 10.11.2021

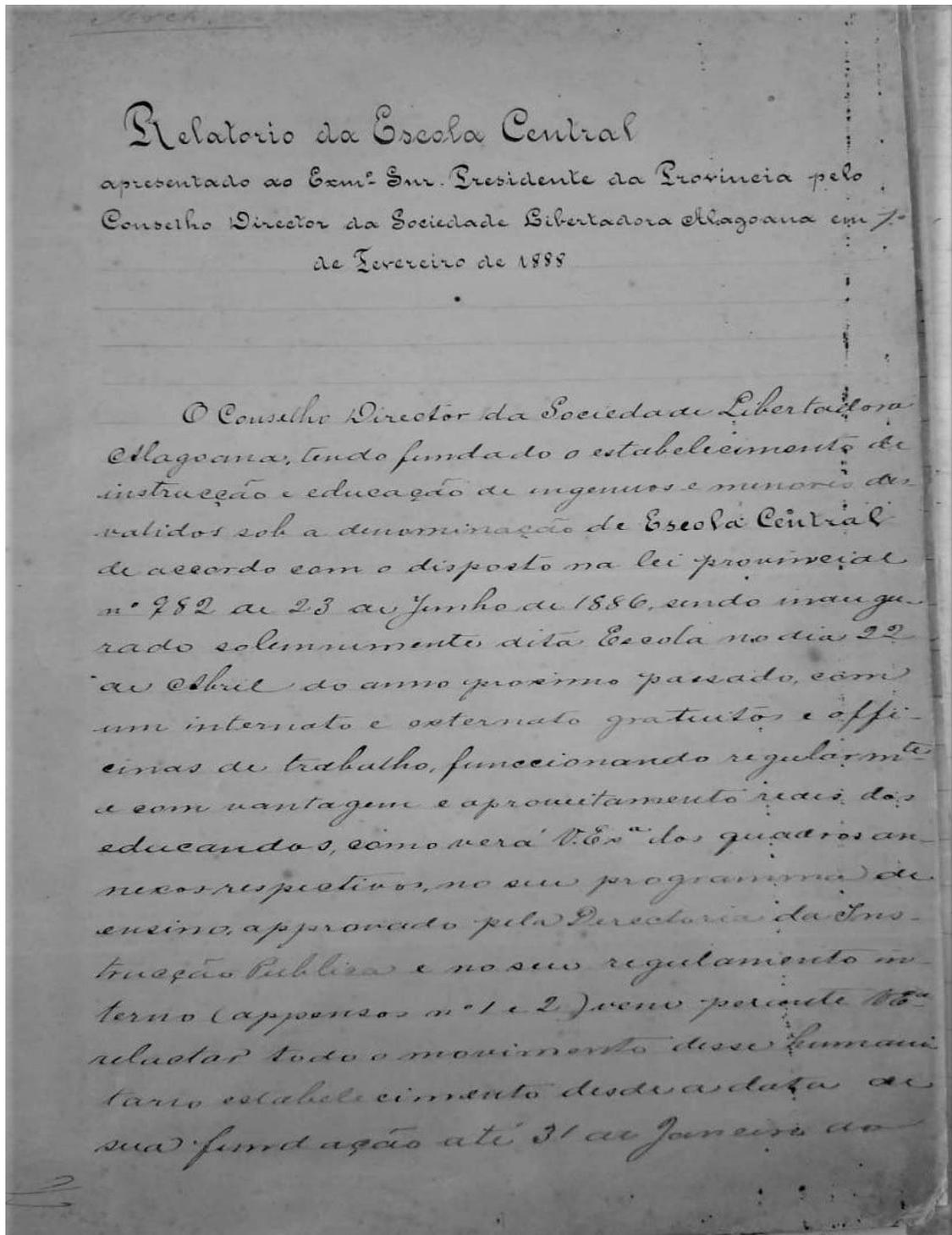
Quadro n.º 4

Receita da Escola Central de 22 de Abril, data de sua
inauguração, a 31 de Janeiro de 1888

Produto de 10 loterias, concedidas pela Lei provincial n.º 282 de 23 de Junho de 1886, a razão de 2.000 prs, cada benefício		20.000.000
Vendas de artefactos nas diversas affe- cinas da Escola no mez de:		
Maio	66.300	
Junho	116.480	
Julho	201.320	
Agosto	197.800	
Setembro	262.340	
Outubro	348.200	
Novembro	427.820	
Dezembro	436.980	
Janeyro	427.180	3.525.220
Doação da Princesa Imperial		200.000
		32.725.220

**ANEXO K - RELATÓRIO ENVIADO PARA O EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DA PROVÍNCIA PELA SOCIEDADE LIBERTADORA ALAGOANA
EM 1 DE FEVEREIRO DE 1888**

Arquivo Público de Alagoas - APA ; Caixa 0682; Data de consulta - 10.11.2021



corrente anno

Do quadro n.º 4 será N.º 8.ª a receita deste estabelecimento no periodo mencionado, do quadro n.º 5 a despesa do alludido periodo, meluina a fundação e montagem dos officinos e o material existente

Estes quadros ficam expostos a N.º 8.ª o estado da Escola Central e todo o seu movimento desde a sua installação até 31 de Janeiro ultimo

O fim a que se propõe a Libertadora Magoema em satisfacão ao que fica especificado na citada Lei não tem todo outro auxilio pecuniario senão o que ficam declarados no quadro de sua receita; e por que tenha o mesmo systema ou planos de loterias affereido para as provircias difficultades nas extracções tem a Escola Central por sua vez submetto ao effectos do decrescimento dos beneficios que constituem quasi que a unica fonte de sua receita;

Cũ o Conselho Director no patriotismo de V. Ex.^a emuito confia que lhe proporcionará as meios de que tanto carece o estabelecimento da Escola Central, dos ingenhos, nas proximidades de um deficit que só poderá ser supprido por alguma subvenção geral ou provincial, desde que está conhecida a sua despesa ordinaria e absolutamente necessaria para manter se e produzir os desejados resultados, tratando se ao mesmo tempo da fundação de colonias agricolas, obrigação a que a citada lei impõe a Libertadora Alagoana.

Da illustração e criterio de V. Ex.^a depende a continuação do estabelecimento que irquestionavelmente, com as suas regulares funcções, prolongados por mais um anno ou dous, terá em seus proprios rendimentos recursos que lhe sustentarão vigorosamente o seu estado e progresso.

Deus Guarde a V^o

Ilm.^o Com.^o Sr. Dr. Antonio Caio da Silva Prado
 M. P. Presidente da Provincia

Antonio Antero Alves e Monteiro
 Presidente

Dr. Arthur Romão de Carvalho
 Orador

Francisco Domingues da Silva, P. Secretario
 Francisco de Paula de Sá - Thesouro

Guilherme Gomes, Costa